



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

ANTAQ REALIZA CONSULTA PÚBLICA SOBRE DEMURRAGE

Cobrança da sobre-estadia de contêineres com importadores divide opiniões no setor

Por **Fernanda Balbino**



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.120928:1601502990/Brasil-Terminal-Portuario-Porto-de-Santos.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=d8949a4&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.120928:1601502990/Brasil-Terminal-Portuario-Porto-de-Santos.jpg?f=2x1&pf=d8949a4&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Operação de contêineres no Porto de Santos: Antaq quer escutar mercado a respeito de sobre-estadia (Carlos Nogueira/AT)

A polêmica sobre a cobrança de sobre-estadia de contêineres é alvo de uma consulta pública da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o órgão regulador do setor. A ideia é obter subsídios para criar uma metodologia que identifique abusividade na prática dos armadores, na cobrança da sobre-estadia. Os interessados deverão enviar suas contribuições até às 23h59 do próximo dia 16.

A sobre-estadia de contêiner (ou demurrage) é a taxa cobrada quando o importador permanece com o contêiner além do tempo acordado. Há casos em que essa cobrança ultrapassa o valor total da carga, levando o contêiner a ser leiloado, doado ou destruído.

Para o advogado especialista em Direito Marítimo Marcelo Sammarco, não há abusividade nessa taxa. Isto porque, segundo ele, o valor cobrado pelo armador é proporcional aos dias em que os contêineres não são entregues.

“A sobre-estadia é cobrada pelos armadores em face do contratante do transporte, na hipótese de utilização do contêiner por período superior ao estabelecido em contrato. Essa prática é prevista no contrato de transporte marítimo, que tem por finalidade estabelecer uma compensação ao armador pela falta do contêiner na sua frota, vez que sem contêiner o armador fica impossibilitado de utilizar a unidade para negociar novos fretes. Portanto, trata-se de indenização e não de cláusula penal, de modo que o valor da demurrage não está limitado ao preço do frete e nem mesmo ao valor do contêiner retido pelo contratante do transporte”, afirmou Sammarco.

Para o diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, também não há abusividade. Ele aponta que há um “free time”, de sete a 10 dias, para o desembarço da carga e entrega do contêiner.

“O contêiner tem que ser movimentado e não servir como armazenamento. Isso prejudica a logística porque dificulta reposição. O valor cobrado é ínfimo perto do que se perde em receita de frete com o contêiner parado”, afirmou o diretor do Sindamar. “O cliente tem a opção de desovar o contêiner caso perceba que a sua retenção ultrapassará o free time concedido”.

Já o advogado Sidnei Lostado é contra a cobrança. Especialista em comércio exterior, ele aponta que a taxa, no Brasil, é a mais cara do mundo. “Há uma abusividade tremenda porque um contêiner de 40 pés custa, hoje, US\$ 4 mil e cobram US\$ 150 por dia de demurrage. Isso impacta tanto importadores, quanto exportadores e agentes de carga”.

Pontos em comum

Apesar de terem opiniões divergentes, os dois advogados apontam que a Antaq não tem competência para regular a questão. “A Antaq, como agência reguladora, não pode regular demurrage de contêiner porque sai da competência dela. Deveria ser regulado com maior união de importadores e exportadores pra tentar modificar jurisprudência brasileira, que é a favor da livre fixação de valores através de seis armadores internacionais”, diz Lostado.

Para Sammarco, “eventual interferência da Antaq nesse aspecto estabelecerá uma grande insegurança jurídica aos armadores que operam na nossa costa. Caso isso aconteça, o Brasil

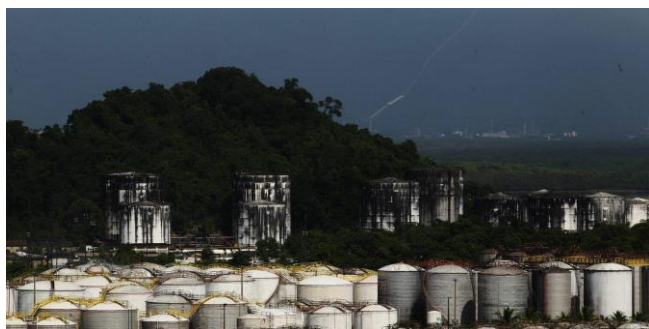
Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 01/10/2020

OBRAS NA ILHA BARNABÉ COMEÇAM NESTE MÊS NO PORTO DE SANTOS

Segundo a Autoridade Portuária de Santos, o planejamento desses trabalhos foram concluídos e já teve início a mobilização para a intervenção

Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.10082:1547655658/Ilha-Barnabe-graneis-quimicos.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=2df163c&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.10082:1547655658/Ilha-Barnabe-graneis-quimicos.JPG?f=2x1&pf=2df163c&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

A Ilha Barnabé é estratégica para a movimentação de granéis líquidos do Porto (Carlos Nogueira/AT)

As obras de reparo estrutural do cais da Ilha Barnabé, na Margem Esquerda do Porto de Santos, devem começar em duas ou três semanas, informou nesta quarta-feira (30), a Autoridade Portuária de Santos (APS, o novo nome da Codesp). Segundo a empresa, o planejamento desses trabalhos foram concluídos e já teve início a mobilização para a intervenção.

A Ilha Barnabé é estratégica para a movimentação de granéis líquidos do Porto, concentrando 35% das operações desse tipo de carga.

Segundo a APS, o projeto prevê a recuperação estrutural do cais e dos dolphins (estrutura de concreto utilizada para a atracação de navios), a contenção do talude (lateral inclinada do canal de navegação), instalação de passarelas metálicas e construção de um delfim de amarração, e será custeada com recursos próprios da SPA, no valor de R\$ 24,8 milhões.

O contrato, firmado com a empresa Ster Engenharia Ltda., tem prazo de 18 meses, mas as obras devem ser realizadas em no máximo 16 meses.

A Ilha Barnabé tem três berços de atracação: Píer 1 da Ageo, São Paulo e Bocaina. As obras ocorrerão nos berços São Paulo e no Bocaina, que acessam por tubulação os terminais da Ageo e da Adonai, e serão feitas de forma alternada: primeiro a interdição será no São Paulo e, após conclusão da manutenção e liberação para operações, será realizada no Bocaina. Desta forma, no tempo em que as intervenções durarem, haverá sempre dois berços operando na Ilha.

Considerando que o Píer 1 tem maior capacidade de escoamento que os outros berços e que a SPA atuará para aumentar a produtividade de movimentação nos berços, o impacto na redução de capacidade esperado nesses berços com as intervenções é estimado entre 15% e 20% em termos anuais.

O processo licitatório foi deflagrado no início de 2019 e, de lá para cá, a SPA manteve constantes tratativas com os terminais para definir o cronograma das intervenções e suas etapas, de forma

que os mesmos pudessem repassar as informações para que seus clientes programassem a chegada dos navios.

Recentemente, a Ilha Barnabé também recebeu melhorias em sua infraestrutura de acesso. No ano passado, a SPA concluiu os serviços de recuperação da pavimentação da estrada, que é o único acesso rodoviário às instalações dos terminais de granéis líquidos e ao terminal da DP World. A estrada faz a conexão com a rodovia Cônego Domênico Rangoni, na altura do km 251, ligação ao sistema Anchieta/Imigrantes, recebendo fluxo médio diário de 1.500 caminhões.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 01/10/2020

MAXWELL RODRIGUES: NAVIO CRESCE PARA CIMA OU PARA BAIXO?

A necessidade principal do crescimento é ampliar os tamanhos dos navios cargueiros para aumentar a capacidade de suas cargas

Por Maxwell Rodrigues

30.09.20 18h01 Maxwell Rodrigues: Navio cresce para cima ou para baixo? Ao longo dos anos, uma palavra tem sido capaz de resumir a história dos navios de carga: evolução.

São inúmeros avanços que tornam os navios cada vez mais econômicos, ecologicamente corretos, com mais segurança durante a navegação e, claro, com maiores capacidades de transportar cargas por todo o mundo.

Sendo assim, torna-se natural que grande parte da economia global esteja diretamente ligada às movimentações que acontecem sobre as águas.

A evolução dos navios não aconteceu apenas por conta dos avanços tecnológicos. O aumento no volume de transporte de mercadorias foi o impulso para fazer as embarcações se tornarem mais potentes e maiores.

Nesta evolução, caso você pergunte para qualquer leigo se o navio cresce para cima ou para baixo certamente a resposta será: “para cima”.

É evidente que a engenharia evoluiu significativamente e hoje é capaz de resolver qualquer questão, mas a que custo?

Se os navios crescem para cima e não para baixo, seria mais adequado construir uma ponte ou um túnel?

Nesta mesma linha de raciocínio, qualquer pessoa que atue em mercado de riscos ou gestão de projetos tomaria a decisão de construir um túnel e não uma ponte, uma vez que a probabilidade de crescimento das embarcações é muito maior para cima do que para baixo.

A necessidade principal do crescimento é ampliar os tamanhos dos navios cargueiros para aumentar a capacidade de suas cargas.

Em 1977, a capacidade de um navio cargueiro era suficiente para transportar pouco mais de 3 mil TEUs. Em 1997, 20 anos depois, esse valor mais que dobrou, alcançando a marca de aproximadamente 8 mil TEUs. Um grande salto aconteceu entre 2006 e 2017. Em meados de 2006, os processos de importação e exportação já podiam contar com meios de transporte marítimos capazes de levar mais de 15 mil TEUs. Em 2013, superou-se a marca de 18 mil TEUs; em 2014, 19 mil TEUs, e finalmente, em 2017 chegamos na casa dos 21 mil TEUs.

Com base nessa reflexão e de acordo com a necessidade local para mobilidade, fica evidente que uma ligação seca entre as margens de Santos e Guarujá é fundamental para o desenvolvimento regional e também do Porto de Santos.

Com os tamanhos impressionantes das embarcações, os portos também precisaram se adaptar para conseguir recebê-las, bem como as cidades que abrigam estes portos.

Dois fatores devem ser levados em consideração para definir qual a melhor solução para esta questão centenária em nossa região: ponte ou túnel? O primeiro fator é atender à necessidade de todos os atores envolvidos nesse processo, neste caso, Porto e cidade. Sem pensar dessa forma, qualquer decisão será equivocada.

Já o segundo fator é decidir qual ligação seca e em quanto tempo teremos o equipamento disponível ao Porto e às cidades.

Diante desse debate centenário, percebemos que nem o primeiro fator e nem ao menos o segundo foram levados em consideração para que pudéssemos avançar nesse tema. Com isso, especulações continuam afloradas e partidários favoráveis e contrários aos projetos debatem teses que levam do ponto inicial ao final e vice-versa, sem nunca chegar a um consenso, pois focamos mais uma vez nos efeitos e não na causa que está escancarada.

Por enquanto, ainda não fomos nem de ponte e nem de túnel, pois ainda estamos indo ao encontro do debate infundável dessa questão, assistindo em cima de projetos e estudos elaborados os outros portos do Brasil e do mundo se desenvolverem!

Porto 360! Movimentando muito mais que informação.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 01/10/2020



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

TOKARSKI FALA SOBRE ANTAQ EM WEBINAR DA FGV COM REPRESENTANTES DA NORUEGA

Diretor da Agência destacou o Índice de Desempenho Ambiental e o projeto de coleta seletiva nas embarcações da navegação interior mista na Região Amazônica

Durante o evento virtual, Adalberto Tokarski destacou o projeto “Rio Limpo – Amazônia Viva”

O diretor da ANTAQ, Adalberto Tokarski, participou, na quarta-feira (30), do webinar IV Seminário Brasil x Noruega – Os impactos da pandemia na transformação verde do setor da navegação marítima e offshore e o papel da regulação promovido pela Fundação Getúlio Vargas-FGV. Tokarski palestrou sobre a estratégia e as principais iniciativas da Agência.

O diretor destacou a “ANTAQ Verde”. Trata-se de uma agenda ambiental e de segurança aquaviária da Agência. Entre as ações, destaca-se o Índice de Desempenho Ambiental, que avalia, por meio de indicadores, a eficiência e a qualidade da gestão ambiental das instalações portuárias.

Outra ação é a adaptação dos portos marítimos brasileiros frente aos impactos da mudança climática. Tokarski ressaltou que, atualmente, estão sendo desenvolvidos estudos junto à Agência acerca dos efeitos das mudanças climáticas nos portos costeiros. “Os estudos estão ocorrendo dentro do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a ANTAQ e a agência alemã de

cooperação internacional GIZ, contando também com o apoio do Inpe”, explicou o diretor, destacando que as alterações climáticas podem produzir efeitos adversos como avarias em equipamentos e estruturas portuárias, além de danos a embarcações e cargas.

Por fim, Tokarski citou o Rio Limpo – Amazônia Viva, um projeto de coleta seletiva nas embarcações da navegação interior mista na Região Amazônica. As ações já aconteceram em Santarém (PA) e Belém. Em abril deste ano, o projeto seria em Manaus, mas ocorreu a pandemia. O diretor da Agência enumerou os objetivos do projeto. Entre eles estão: melhorar a qualidade da prestação do serviço aos usuários do transporte aquaviário; garantir a prestação dos serviços dentro dos padrões de qualidade exigidos pela base legal; mudar o padrão dos procedimentos de coleta e destinação dos resíduos; e implementar a coleta seletiva de resíduos sólidos nas embarcações fluviais.

O diretor da ANTAQ disse, ainda, que a Agência irá promover um evento em Brasília em dezembro, provavelmente em parceria com a Noruega, para troca de experiências sobre sustentabilidade nas navegações marítima e interior para que os dois países apresentem as inovações relativas ao assunto no mundo.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 01/10/2020

MOVIMENTAÇÃO NO SETOR PORTUÁRIO REGISTRA CRESCIMENTO DE 7,9% NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2020

Foram movimentados 286,4 milhões de toneladas



<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/Captura-de-tela-2020-09-14-162538-e1600111651471.png>

No primeiro semestre de 2020, o sistema portuário nacional movimentou 538,8 milhões de toneladas

O setor portuário brasileiro (portos + terminais privados) movimentou 286,4 milhões de toneladas no segundo trimestre de 2020, o que significou um crescimento de 7,9% em relação ao mesmo período

do ano passado, totalizando um acréscimo de 20,9 milhões de toneladas. Os dados são do Boletim Informativo Aquaviário da ANTAQ. O levantamento traz como destaque a movimentação de grãos agrícolas (açúcar e soja), petróleo e derivados e minério de ferro. Conforme consta no boletim, a demanda chinesa aquecida, o câmbio favorável e a maior produção de combustíveis justificam o desempenho positivo desses produtos.

No primeiro semestre de 2020, o sistema portuário nacional movimentou 538,8 milhões de toneladas, um acréscimo de 4,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Cabotagem

No que tange à navegação, destaque para o decréscimo no segundo trimestre de 6,4% na movimentação de contêineres (em TEU) na cabotagem. O índice de utilização da capacidade da frota de porta-contêineres atingiu o patamar de 58,3% em maio de 2020, menor valor do ano, frente ao patamar máximo 77,4% em março. Isso mostra um desaquecimento no transporte de contêineres nesse modal. Ainda assim, houve, no trimestre, um crescimento de 3,4% na movimentação de cargas provenientes ou destinadas à navegação de cabotagem em relação ao

primeiro trimestre de 2019. Já o transporte de cargas na cabotagem cresceu 9%, tendo sido transportados 45,3 milhões de toneladas no segundo trimestre de 2020.

No semestre, a movimentação (em TEU) de contêineres na cabotagem apresentou um crescimento de 4,3% em relação ao primeiro semestre de 2019.

Contexto econômico

O boletim, divulgado periodicamente, faz uma análise da movimentação portuária e do transporte de carga nacional durante o período estudado, levando em consideração o contexto econômico do país. Traz, também, indicadores importantes para o setor, como os valores de THC praticados nos terminais brasileiros e o índice de utilização da frota de navios porta-contêineres na cabotagem. O intuito é entender a dinâmica dos subsetores portuário e de navegação, seus avanços e retrocessos de forma a subsidiar as políticas públicas e ações regulatórias voltadas para o setor aquaviário.

Os dados e informações completas encontram-se disponíveis na central de conteúdos no site da Agência (<http://portal.antaq.gov.br/>).

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 30/09/2020

ANTAQ PUBLICA PAUTA DA 488ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Reunião será virtual a partir das 12h de 5 de outubro

A ANTAQ publicou em seu site a pauta da 488ª Reunião Ordinária Virtual, que começará às 12h de 5 de outubro e terminará às 12h de 7 de outubro. O deferimento de sustentação oral em processo pautado nesse tipo de reunião implicará a sua retirada de pauta e, por consequência, sua inclusão na próxima reunião por videoconferência, conforme inciso III do art. 16 da Resolução nº 7.701-ANTAQ.

Para mais informações sobre sustentação oral, acesse o link: <http://portal.antaq.gov.br/index.php/sustentacao-oral/>.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 30/09/2020



Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

TENDÊNCIAS DE CONSUMO E FUTURO DO TRABALHO

Redação Portogente

Estudo aponta exigências que empresas devem seguir para se adaptarem aos novos padrões do mercado

A busca por um propósito tem sido uma preocupação constante para as empresas. A cobrança por um posicionamento claro, também. Hoje, mais do que nunca, os consumidores passaram a enxergar o fator “propósito” como um dos motivos de seleção para suas compras e interações

com diferentes marcas, segundo estudo realizado pela Ilegra, empresa global de inovação, design e software.



https://portogente.com.br/images/Digitaliza%C3%A7%C3%A3o_infraestrutura.jpg
Digitalização infraestrutura

Intitulado “Panorama Ilegra: Futuros Plurais”, o estudo analisou as principais tendências do mercado. Entre elas, está a busca crescente por marcas transparentes, justas e com propósitos claros de inclusão, além da melhoria da vida em sociedade com a ajuda da tecnologia. A procura por empresas que tomam partido em diferentes causas cria uma sensação de aproximação do público com a marca, unindo propósitos e ideologias. Veja, abaixo, algumas das principais tendências apontadas pelo estudo, as quais não devem demorar a se consolidar nos mais variados setores.

1. Novos comportamentos do consumidor

Um grande desafio para as empresas será na adaptação aos novos padrões de consumo. Manter uma jornada consistente, em diferentes canais, também se torna uma prioridade - multicanais serão cada vez mais necessários, uma vez que companhias não conseguem atender a todos de forma simultânea.

2. Soluções personalizadas para cada indivíduo

Utilizar a tecnologia para uma sociedade mais inclusiva, o que também inclui a utilização dos dados com mais transparência e responsabilidade, é uma tendência relevante. No entanto, customização é a palavra-chave. Cresce a demanda por serviços, atendimentos e produtos cada vez mais personalizados. O usuário/consumidor, de diferentes grupos sociais e faixas etárias, deseja se sentir mais próximo das empresas.

3. Utilização de dados

Na área de tecnologia, o destaque está na possibilidade de análise do público, por meio de dados. A análise desses mesmo dados também pode ser benéfica não apenas para os consumidores, mas também para as empresas, pois antecipa comportamentos e preferências. O estudo evidencia que o design centrado no usuário não é mais suficiente, e que este deve ser centrado no ecossistema, o chamado *life centered design*.

4. União de expertises e troca de conhecimento

Gerar soluções que resolvam problemas complexos é uma preocupação. Por essa razão, será cada vez mais comum, como prática corporativa, que empresas reúnam profissionais de inúmeras áreas, na execução de um projeto, e tirem proveito das diferentes expertises para acelerar entregas e melhorar seus resultados.

5. Busca por propósitos vira prioridade para consumidores

Pessoas estão procurando empresas que tomem partido de algum lado, que tenham posicionamento e compartilhem do mesmo propósito. Isto é, as exigências da população se transformaram e passamos a enxergar uma pressão pela conduta mais ética e correta de empresas em suas práticas internas e seu posicionamento público, proporcionando uma sociedade mais justa, seja para clientes ou funcionários.

6. Preocupação com a vida fora do trabalho

O estudo aponta para uma tendência chamada de “Employee Experience”, ou seja, a experiência do colaborador. Com isso, fica evidente que as empresas não mais se preocuparão somente com

o bem-estar de seus funcionários dentro do espaço físico de trabalho, mas também com a vida do colaborador no âmbito pessoal, compreendendo todas as áreas de sua vida.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 01/10/2020

TRANSPORTE METROPOLITANO RECEBE RECICLÁVEIS

Assessoria de Comunicação

Ação ligada ao Dia da Natureza também vai reverter benefícios para instituição filantrópica

Para celebrar o Dia da Natureza, comemorado no próximo dia 4, a Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) está com uma ação para estimular as pessoas a reciclar embalagens de bebidas. A partir desta quinta-feira (1º), os passageiros que passam ou circulam pelas estações República (metrô) e Brás (Metrô e CPTM) e pelo Terminal Metropolitano Jabaquara (EMTU), podem descartar embalagens recicláveis na Retorna Machine, uma máquina de venda reversa, e obter créditos para uso no transporte. Nessa ação, além do crédito para o passageiro, cada embalagem depositada terá também seu valor revertido para a Casa do Zezinho, instituição de acolhimento para crianças e adolescentes na zona sul de São Paulo.



https://portogente.com.br/images/M%C3%A1quinas_TM.jpeg

Máquinas TM

A ação é uma parceria da STM com a Triciclo, empresa que cria e opera soluções, como a Retorna Machine, para o desenvolvimento sustentável. "Com essa ação, unimos forças para conscientizar a todos sobre a importância de preservar o meio ambiente e ainda conseguimos ajudar instituições que fazem um trabalho social muito importante", disse o secretário interino dos Transportes Metropolitanos, Paulo Galli.

Pontuação

O objetivo é recolher embalagens pós-consumo de bebidas de até 2,5 litros e latas de aço de alimentos.

Serão aceitos objetos como aço, longa vida, alumínio, plástico. Importante ressaltar que a Retorna não aceita nenhuma embalagem de produto lácteo. O código de barras precisa estar legível para a máquina registrar o recipiente. Os itens depositados somam créditos que variam de 10 a 15 pontos, dependendo do material. Cada 100 pontos acumulados equivalem a R \$ 0,35, que serão creditados na conta do passageiro vinculada ao sistema da Triciclo. Eles poderão ser trocados por créditos no Bilhete Único ou BOM. O limite máximo para pontuação é de dez embalagens por dia. A partir do 11º resíduo no dia, os pontos são automaticamente doados para as Instituições.

Bonificação

Entre 1 e 7 de outubro, período em que as máquinas estarão nos Transportes Metropolitanos, os 10 passageiros que mais reciclarem em cada uma das estações, serão bonificados com crédito extra equivalente a três passagens, isto é, com 3.780 pontos Triciclo.

Promotoras estarão nos locais para auxiliar as pessoas a usar a Retorna e evitar aglomeração. O Brasil é o quarto maior produtor de lixo plástico no mundo, são 11,3 milhões de toneladas por ano, das quais apenas 145 mil são recicladas em território nacional, segundo dados do relatório anual feito pelo WWF - Fundo Mundial para a Natureza.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 01/10/2020

TRABALHO PORTUÁRIO NO CENÁRIO FUTURO

Editorial Portogente

O importante é que se entenda como a operação normal de um contexto formador torna possível mudança desse contexto.

À luz da administração moderna, a visão do presidente da Federação Nacional dos Estivadores vislumbra uma reforma do trabalho de estiva focada na produtividade. Na era do contêiner e da automação, a atividade do trabalhador avulso a bordo de sofisticados navios exige programas de qualificação da mão de obra e a garantia do seu posto de trabalho com negociações competentes. Isto implica, da parte do contratante do serviço, a noção de contexto da sua atividade.



<https://portogente.com.br/images/Carla.jpg>

A professora Carla Diéguez coordenou o webinar sobre o futuro do trabalho portuário.

Webinar de 29/9/2020 - Assista

*** Desafios, entraves e perspectivas para o trabalho portuário**

<https://www.youtube.com/watch?v=l75te6C4Wik&feature=youtu.be>



<https://portogente.com.br/images/Rodnei.jpg>

Rodnei

Na sala do Webinar Semanal Portogente (WSP), com o tema “Desafios, entraves e perspectivas para o trabalho portuário”, nesta 3ª feira, 29, reuniram-se a mais expressiva representação nacional do trabalho da estiva - os presidentes da Federação e do Sindestiva de Santos - e duas professoras universitárias pesquisadoras - da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo [Fespsp] e da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Um momento de reflexão profunda e consequente

que inspira novas pautas.

Livro em PDF

*** Metamorfoses do trabalho portuário**

https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Editora/MetamorfosesTrabalhoPortuario.pdf

Com a inserção do contêiner, que modulou e agilizou a movimentação de carga nos portos, acelerou a modificação do trabalho portuário. Novos desafios se avizinham com a desestatização dos portos e concessões de terminais à iniciativa privada. Avulta, nesse ponto, o papel da Universidade nessa busca do conhecimento e espaço de formação de pessoas para o trabalho. Uma questão até hoje mal resolvida no Brasil, por todas as leis: o investimento no aprimoramento da mão dessa mão de obra.



Da Redação

*** Trabalho remoto e nomadismo digital são temas de conferência internacional**

<https://portogente.com.br/noticias/transporte-logistica/113205-trabalho-remoto-e-nomadismo-digital-sao-temas-de-conferencia-internacional>

https://portogente.com.br/images/F%C3%A1tima_Queiroz_2.jpg

Fátima Queiroz

Conflitos entre capital e trabalho, como o que se assiste da não exigência do uso de trabalhador portuário pelos Terminais de Uso Privado – TUPs é semelhante ao que se assiste entre esses terminais e os de uso público no pagamento da tarifa portuária. Portanto, é necessário o entendimento, e controle, de um processo mundial de liberação comercial, com a desoneração do Estado e que coloca em evidência os portos, por onde passam as mercadorias.

Da Redação

* **Medida provisória regulamenta trabalho portuário avulso durante pandemia**

<https://portogente.com.br/noticias/transporte-logistica/111665-medida-provisoria-regulamenta-trabalho-portuario-avulso-durante-pandemia>



https://portogente.com.br/images/Jos%C3%A9_Adilson.jpg

José Adilson

No curso dessa reflexão, Portogente tenta ao menos delinear os termos de um debate que parece não ter fim. Ao abrir espaço para a Universidade, objetivando uma abordagem apartidária e fecunda, busca contribuir para transições suaves e construção de um plano articulado de coexistência humana. Assim, alinhar esforços para o desenvolvimento.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 01/10/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

STF TEM 4 VOTOS A 2 PARA LIBERAR PLANO DE VENDA DE REFINARIAS DA PETROBRAS

Em votos bastante breves, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli e Cármen Lúcia se manifestaram para negar o pedido cautelar do Congresso Nacional e, portanto, manter o plano de venda de refinarias pela Petrobras. No momento, são quatro votos favoráveis à estatal e dois contrários, para suspender as alienações. A ministra Rosa Weber acompanhou o relator do caso, Edson Fachin, para atender ao pedido dos parlamentares.

No momento, quem vota é o ministro Ricardo Lewandowski, que, no plenário virtual, tinha acompanhado a posição de Fachin.

A estatal tem planos para alienar oito refinarias, mais da metade de seu parque de refino, que conta com 13 unidades. O Congresso afirma que a Petrobras manobra uma determinação do STF ao transformar as refinarias em subsidiárias para então vendê-las.

No ano passado, a Corte proibiu o governo de vender uma ‘empresa-mãe’ sem autorização legislativa e sem licitação, mas autorizou esse processo no caso das subsidiárias.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 01/10/2020

BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 6,164 BILHÕES EM SETEMBRO

Com a queda contínua nas importações devido à pandemia da covid-19, a balança comercial brasileira registrou mais um superávit recorde em setembro. As exportações superaram as importações em US\$ 6,164 bilhões, o maior resultado para o mês na série iniciada em 1989. No ano, o superávit já soma US\$ 42,445 bilhões.

O dado de setembro ficou dentro do intervalo das projeções de analistas consultados pelo Projeções Broadcast, que previam saldo positivo de US\$ 3,90 bilhões a US\$ 8,10 bilhões. A mediana indicava superávit de US\$ 7,20 bilhões no mês passado.

Apesar do recorde, tanto as exportações quanto as importações registraram quedas na média diária em comparação a setembro de 2019. As compras vindas do exterior, porém, desabaram em maior magnitude, o que fez a balança pender para o lado positivo. Em valores absolutos, as exportações somaram US\$ 18,459 bilhões em setembro, enquanto as importações ficaram em US\$ 12,296 bilhões.

A média diária das importações caiu 25,5% em relação a setembro do ano passado, com tombo de 50,0% na indústria extrativa e queda de 24,8% na indústria de transformação. A média diária de importações da agropecuárias caiu 2,8%, sempre na comparação com setembro de 2019.

Já no caso das exportações, a queda foi de 9,1%, puxada pela indústria de transformação (-18,7%). A agricultura teve alta de 3,2% na média diária, enquanto a indústria extrativa observou aumento de 9,2%.

Em setembro de 2019, o saldo positivo da balança havia ficado em US\$ 3,803 bilhões. O Ministério da Economia divulgou ainda os superávits de US\$ 977 milhões na 4ª semana de setembro (21 a 27) e de US\$ 527 milhões na 5ª semana (28 a 30).

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 01/10/2020

IBGE: SAFRA AGRÍCOLA ALCANÇA VALOR DE PRODUÇÃO RECORDE DE R\$ 361 BILHÕES EM 2019

A safra agrícola brasileira alcançou um valor de produção recorde de R\$ 361 bilhões em 2019, crescimento de 5,1% ante o desempenho registrado no ano anterior. Os dados são da pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM) 2019, divulgada nesta quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Os bons resultados alcançados nas últimas safras, aliados aos preços compensadores das principais commodities, em virtude da elevada demanda do mercado internacional e do câmbio favorável, colaboraram para que houvesse ampliação das áreas plantadas de soja, milho e algodão, além de maiores investimentos nos cultivos agrícolas”, justificou o IBGE, em nota.

“Somados a isso, fatores climáticos positivos, principalmente na 2ª safra, levada a campo, em grande parte, no período ideal de semeadura, colaboraram para o bom desenvolvimento dos grãos”, acrescentou o instituto, que observou: “os resultados alcançados poderiam ter sido ainda melhores, não fosse o registro de queda de rendimento de culturas como a soja, o feijão e o milho 1ª safra em regiões dos Estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, por causa de períodos secos entre os meses de dezembro e janeiro”.

A produção de soja totalizou R\$ 125,6 bilhões em 2019, mantendo-se na primeira posição no ranking do valor da produção agrícola nacional, apesar da retração de 1,8% em relação ao desempenho de 2018.

Na sequência, a cana-de-açúcar somou R\$ 54,7 bilhões, alta de 5,3% ante o ano anterior, enquanto o milho rendeu R\$ 47,6 bilhões, um salto de 26,3% ante 2018.

O café somou R\$ 17,6 bilhões, uma queda de 22%. O algodão herbáceo (em caroço) apresentou crescimento de 24,8% no valor da produção, um recorde de R\$ 16 bilhões.

As demais cinco culturas no ranking de maiores valores de produção foram laranja (R\$ 9,5 bilhões, alta de 0,7% ante 2018); mandioca (R\$ 8,8 bilhões, queda de 11,5%); arroz em casca (R\$

8,8 bilhões, alta de 0,8%); banana em cacho (R\$ 7,5 bilhões, alta de 8,2%); e feijão em grão (R\$ 7,5 bilhões, alta de 33,6%).

A safra recorde de grãos de 2019 totalizou 243,3 milhões de toneladas, superando em 6,8% a produção de 2018. Os agricultores plantaram 81,2 milhões de hectares, uma expansão de 3,3% em relação ao ano anterior, com destaque para o acréscimo de mais 1,2 milhão de hectares para o cultivo de milho e de 1,1 milhão de hectares da soja.

O Mato Grosso, o maior produtor nacional de soja e milho, foi alçado à primeira posição no ranking de valor da produção agrícola em 2019, com 16,2% do total nacional, à frente de São Paulo, com 15,4% de participação, que se destacou no cultivo da cana-de-açúcar. O Rio Grande do Sul, maior produtor nacional de arroz e o segundo de soja, ficou na terceira posição, com 11,3%, seguido do Paraná, com participação de 11,2%.

Valor de produção agrícola

O município de Sorriso, em Mato Grosso, alcançou o maior valor de produção agrícola do País em 2019: R\$ 3,9 bilhões. O montante representa um salto de 19,7% em relação ao ano anterior. Sorriso foi o maior produtor nacional de milho e de soja: 3,2 milhões de toneladas de milho, com um acréscimo de 11,4% em relação ao ano anterior, e 2,1 milhões toneladas de soja, o que representou uma retração de 4%.

Sapezal, também em Mato Grosso, teve o segundo maior valor da produção, R\$ 3,4 bilhões, alta de 1,1% em relação a 2018, graças ao cultivo de algodão herbáceo (em caroço), soja, milho, feijão, arroz e girassol.

A terceira posição foi de São Desidério, na Bahia, com R\$ 3,2 bilhões, queda de 12,4% em relação ao ano anterior. A cotonicultura somou R\$ 1,5 bilhão, crescimento de 2,7%. O município produziu 592,7 mil toneladas, o segundo maior produtor de algodão herbáceo do País. A soja totalizou 1,3 milhão de toneladas, com valor da produção de R\$ 1,4 bilhão, enquanto o milho registrou R\$ 170,2 milhões.

Entre os 50 municípios com o maior valor de produção agrícola, 22 estavam em Mato Grosso, somando R\$ 37,1 bilhões. Os Estados de Goiás, Bahia e Mato Grosso do Sul emplacaram seis municípios cada no ranking de maior geração de valor.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 01/10/2020



EXTRA ONLINE

ÁREA DE GRÃOS DO BRASIL AUMENTARÁ PELO 11º ANO EM 20/21 E PODE GERAR SAFRA RECORDE

Por Gabriel Araujo; edição de Roberto Samora

SÃO PAULO (Reuters) - A área plantada com grãos no Brasil deverá aumentar pelo 11º ano consecutivo na safra 2020/21, disse nesta quinta-feira a consultoria Datagro, que projeta a semeadura da nova temporada em um total de 67,74 milhões de hectares.

A cifra representa uma alta de 2% frente a 2019/20, além de indicar um potencial preliminar de produção de 276,32 milhões de toneladas de grãos no país, que superaria em 6% o recorde registrado na safra anterior, acrescentou a empresa.

A área semeada com oleaginosas --incluindo a soja, principal produto de exportação do Brasil-- tende a crescer 2% em 2021, para 39,81 milhões de hectares, enquanto a produção é estimada em 137,54 milhões de toneladas, alta de 4% na comparação anual, sendo 131,69 milhões de toneladas apenas de soja.

Já a safra de cereais 2020/21 deverá ser plantada em área 3% maior que a de 2019/20, atingindo 27,93 milhões de hectares. A produção total das variedades foi estimada pela Datagro em 138,79 milhões de toneladas, avanço de 8%, sendo 112,14 milhões de toneladas apenas das duas safras de milho cultivadas no país.

"Observamos que esta nova temporada está próxima de se iniciar com um quadro bem mais animador do que o verificado em igual momento de 2019, em função de razoável oferta de crédito e preços excepcionais observados nas principais culturas", disse em nota o coordenador de Grãos da Datagro, Flávio França Junior.

Embora a questão climática venha sendo citada como possível fator limitante à safra brasileira, a Datagro afirmou que até o momento as previsões não indicam grandes anomalias nas chuvas.

"A meteorologia até agora não aponta para um La Niña intenso. Nem de longa duração. Assim, poderemos até ter uma safra caminhando não muito distante da normalidade", comentou França.

"Esse é o principal ponto de interrogação e apreensão pelos produtores. O único efeito já percebido é do atraso na chegada das chuvas na região central, o que vai mantendo o plantio lento até este momento", acrescentou.

*Fonte : Extra Online
Data : 01/10/2020*

SETOR SIDERÚRGICO MELHORA PROJEÇÕES DE DESEMPENHO PARA 2020

Por Alberto Alerigi Jr.

SÃO PAULO (Reuters) - A indústria de produção de aço voltou a elevar projeções de desempenho para 2020 e avalia que terá crescimento em 2021, com base nos dados de encomendas recebidas nos últimos meses, afirmaram executivos do setor nesta quinta-feira.

A expectativa para o consumo aparente da liga no país foi revista de queda de 14,4% para recuo de 4,7%, para cerca de 20 milhões de toneladas, informou o Instituto Aço Brasil (IABr), que representa produtores no país como Usiminas e ArcelorMittal.

"Nossos cálculos são feitos em função do que seria a percepção do mercado. No setor de (aços) planos, que tinha queda prevista de consumo de 18%, cairá 8% e longos deve terminar o ano sem previsão de queda", disse o presidente-executivo da entidade, Marco Polo de Mello Lopes, a jornalistas.

O setor também projeta agora que as vendas de aço no Brasil vão cair 3,1% este ano, para 18,2 milhões de toneladas, ante expectativa anterior de recuo de 12,1% divulgada em julho. A previsão para a produção também foi revista: de tombo de 13,4% para queda de 6,4%, a 30,5 milhões de toneladas.

Segundo Lopes, o setor atualmente ocupa cerca de 63% de sua capacidade instalada, mas esse percentual deve subir para perto de 70% até o final do ano.

A entidade também afirmou que todas as áreas de aciaria e laminação das usinas siderúrgicas do país estão atualmente em operação e que seis alto-fornos que tinham sido paralisados antes da crise provocada pela epidemia seguem fora de operação. Questionado sobre o alto-forno 2 da CSN, que não integra a entidade, Lopes afirmou que "temos informação de que a CSN vai religar em novembro".

RECUPERAÇÃO EM V

Os comentários foram feitos durante visita do secretário especial de competitividade do governo federal, Carlos da Costa, a instalações da Gerdau no interior paulista. Costa citou em entrevista presencial com jornalistas que a economia brasileira está passando por forte recuperação e que "vamos terminar o ano com centenas de milhares de contratações...2021 será um ano espetacular".

Na véspera, o Ministério da Economia divulgou dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), mostrando criação de 249.388 vagas formais de trabalho em agosto, acima do esperado.

"Temos já o segundo mês de crescimento de emprego...Emprego é primeiro a cair e último a voltar", disse Costa, citando que a recuperação da economia tem se dado na forma de 'V' e que é normal haver desabastecimento de algumas cadeias de fornecimento após os estoques terem sido fortemente reduzidos.

Para Costa, o único setor que ainda enfrenta "dificuldades sérias" é o de serviços, algo que ele atribuiu em alguns casos a "alguns governos estaduais e municipais que estão exagerando" em medidas de contenção da epidemia. Ele não citou nomes.

Questionado sobre a eventual retirada das medidas emergenciais de suporte à economia, como o auxílio emergencial, Costa foi enfático: "O que move economia não é o governo. Todas as medidas que adotamos, como o auxílio emergencial, foram para mitigar o impacto da crise. Uma vez voltando a economia, o impacto do retorno é superior ao auxílio".

"Não podemos achar que economia dependerá do auxílio. O que estimula economia é produtividade, confiança, emprego e isso que está retornando de maneira muito acelerada", adicionou ele.

*Fonte : Extra Online
Data : 01/10/2020*

VALE OBTÉM 71 DECLARAÇÕES DE ESTABILIDADE APÓS AVALIAR 104 BARRAGENS

Por Luciano Costa

SÃO PAULO (Reuters) - A mineradora Vale VALE3.SA> informou nesta quinta-feira que o sistema de monitoramento de barragens da companhia avaliou 104 estruturas geotécnicas em suas unidades operacionais pelo Brasil, o que resultou na emissão de 71 declarações de condições de estabilidade (DCEs) positivas.

O movimento ocorre devido a uma regulamentação da Agência Nacional de Mineração (ANM) que prevê obrigação de envio por empresas do setor a cada semestre de informações sobre as barragens, incluindo declarações de estabilidade.

A regra surgiu como uma das consequências do rompimento, em 2015, de uma barragem em Mariana (MG) operada pela Samarco, joint venture entre Vale e a anglo-australiana BHP-- o incidente deixou 19 mortos e foi considerado o maior desastre ambiental da história do Brasil.

"Outras 33 estruturas não tiveram emissão de DCEs positivas, das quais 32 são estruturas geotécnicas das unidades operacionais de Minerais Ferrosos e 1 de Metais Básicos", disse a Vale em comunicado divulgado junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Das estruturas que obtiveram DCEs positivas, 93 pertencem ao negócio de minerais ferrosos e 11 ao de metais básicos, acrescentou a mineradora.

Segundo a Vale, das barragens sem DCEs positivas, nove são de rejeitos e sedimentos, nas quais populações próximas já foram retiradas das chamadas Zonas de Altossalvamento (ZAS).

Essas unidades estão nos níveis 2 ou 3 de emergência em uma escala de alertas em que o terceiro patamar significa risco iminente ou ruptura já ocorrendo.

Outra barragem, de Xingu, teve nível de emergência elevado de 1 para 2 em 29 de setembro, sendo também reclassificada como barragem de rejeitos com método de alteamento a montante--antes, ela havia sido classificada como empilhamento drenado.

No método de construção a montante, as paredes da barragem são construídas sobre uma base de resíduos, em vez de material externo ou em terra firme. Essa técnica foi usada tanto em uma barragem da Vale que se rompeu em Brumadinho (MG) no ano passado, quanto na unidade da Samarco que entrou em colapso em 2015.

A Vale disse que, das outras 23 estruturas sem DCEs positivas, 15 foram mantidas como nível de emergência nível 1, que não exige retirada de moradores próximos.

Uma delas, a barragem VI, teve DCE positiva e está "em processo de formalização de redução do nível de emergência", apontou a empresa.

Por outro lado, a barragem Itabiruçu tem DCE positiva, mas permanece em nível de emergência 1.

MELHORIAS

A Vale defendeu que "tem adotado diversas medidas para a melhoria das condições de segurança de suas estruturas", de acordo com o comunicado desta quinta-feira.

A companhia informou que esses esforços envolvem a construção de estruturas de contenção a jusante em barragens em nível 3 de emergência, com uma obra dessas já concluída em março para a barragem Sul Superior.

Uma primeira fase de contenções similares também já foi concluída nas barragens B3/B4, Forquilhas I, II e III e Grupo, segundo a empresa.

Uma segunda fase dos trabalhos nessas estruturas "está em andamento e tem previsão de conclusão para o quarto trimestre de 2020 (B3/B4) e segundo trimestre de 2021 (Forquilhas I, II e III e Grupo)", afirmou a mineradora.

Fonte : *Extra Online*

Data : 01/10/2020



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

IMETAME COMPRA CAMPOS DA PETROBRAS NO ESPÍRITO SANTO

Por *epbr 1 de outubro de 2020- Em Fusões e Aquisições, Mercado*

A Petrobras anunciou nesta quarta (30) que vendeu por US\$ 10,84 milhões os campos de Lagoa Parda, Lagoa Parda Norte e Lagoa Piabanha, na parte terrestre da Bacia do Espírito Santo, para a

Imetame. Nos oito primeiros meses de 2020 os três campos produziram 113,5 barris de óleo por dia (bpd) e 1,7 mil m³/dia de gás natural.

A aquisição foi fechada com o pagamento de US\$ 9,44 milhões, já com ajustes previstos no contrato. Outros US\$ 1,4 milhões já haviam sido pagos na assinatura do contrato.

A operação ainda precisa ser aprovada pelo Cade e pela ANP.

“A gestão de portfólio está focada no futuro da Petrobras, tornando-a ainda mais forte e resiliente. Com a venda dos campos do polo Lagoa Parda damos mais um passo na estratégia de focar recursos em ativos mais rentáveis para a companhia”, afirma a gerente executiva de Gestão de Portfólio da Petrobras, Ana Paula Saraiva.

ES: top 2 de ativos à venda

Dados do Monitor do Desinvestimento mostram que o Espírito Santo é o segundo estado em número de ativos à venda pela Petrobras, que está se desfazendo de 42 campos e 10 blocos exploratórios na região. O Rio Grande do Norte é o principal polo de desinvestimento da Petrobras, com 74 campos à venda.

Em todo Brasil a empresa está vendendo 163 ativos de upstream, sendo 121 campos e 42 blocos exploratórios. Os campos à venda representam produção de cerca de 220 mil barris por dia de petróleo. A produção média da Petrobras no segundo trimestre do ano foi de 2,2 milhões de barris por dia de petróleo.

*Fonte : Agência EPBR de Notícias
Data : 01/10/2020*

GOLAR ANUNCIA CHAMADA PÚBLICA PARA COMPRAR 5 MILHÕES DE M³/DIA DE BIOMETANO

Por Gabriel Chiappini 1 de outubro de 2020 Em Mercado de gás, Transição energética

A Golar Power Distribuidora anunciou nesta quarta (30) o lançamento de uma chamada pública para aquisição de 5 milhões de m³/dia de biometano de produtores nacionais e estrangeiros. Volume representa mais de 16% da meta da Associação Brasileira do Biogás (Abiogás), que estima ser possível entregar 30 milhões de m³/dia a partir do biocombustível até 2030.

O biometano é um combustível 100% renovável capaz de substituir o diesel.

Com a abertura da chamada, haverá a possibilidade de se produzir o BioGNL para atender ao mercado automotivo, além de indústria e comércio, diz a empresa.

“A Golar pretende incentivar projetos renováveis de purificação de biogás nas mais diversas fontes no país, visando à interiorização do gás natural por meio da distribuição do gás liquefeito de biometano (BioGNL) em pequena escala por modais rodoviários e cabotagem”.

Para Alessandro Gardemann, presidente da Abiogás, a iniciativa pode representar uma “virada” no mercado brasileiro de biogás. O Brasil é o país com o maior potencial energético do mundo em biogás com um total estimado de 120 milhões de m³/dia, segundo a associação.

“Nunca foi feita uma solicitação de compra de biogás ou biometano nessa proporção. Além de incentivar os produtores, a chamada representa uma virada completa e inédita para o nosso setor”, destacou o executivo.

O diretor de desenvolvimento tecnológico do Centro Internacional de Energias Renováveis (CIBiogás), Felipe Marques, acredita na possibilidade de interiorização do consumo de gás no país.

“A ação da empresa é de grande valor estratégico para o fortalecimento da combinação biometano e gás natural na interiorização das aplicações do gás no Brasil. Nossa produção atual é 1,3 milhão de m³/ano, sendo que somente 3% deste volume é refinado para biometano”, ressaltou Marques.

De acordo com dados do CIBiogás, a produção de biogás cresceu mais de 84% de 2015 a 2019. O número de plantas também registrou aumento de 300%, passando de 126 para 548 unidades.

Lava Jato atinge principal executivo da Golar

Semana passada, o presidente da Golar Power, Eduardo Antonello, foi alvo de uma das fases da operação Lava-Jato em uma investigação envolvendo contratos firmados pela Seadrill com a Petrobras. O executivo se afastou do cargo para se concentrar em sua defesa, informou ontem a Golar Power. A empresa não é alvo da investigação, mas chegou a ter escritórios em Sergipe vasculhados, por meio de mandado de busca e apreensão.

Esta semana, a Petrobras decidiu revisar a análise do Grau de Risco de Integridade (GRI) da companhia no processo de arrendamento do terminal de GNL da Bahia, mas o resultado da análise ainda não foi divulgado.

A Golar Power fez a melhor proposta pelo terminal nesta quarta (30).

“Qualquer alteração na percepção de risco de integridade ao qual a Petrobras pode estar exposta ao se relacionar com as empresas do grupo Golar Power será comunicada de forma tempestiva aos seus representantes legais”, afirmou a Petrobras.

Em expansão no país, Golar Power negocia com a BR Distribuidora a formação de uma joint venture para distribuição de GNL em pequena escala (small scale), com caminhões também movidos a GNL. Plano é manter a operação nas mãos da Golar e a BR entrar com até 50% no capital da empresa. Negócio já conta com aval do Cade.

“Além da revisão do GRI, a Petrobras enviou uma carta à BR Distribuidora, na qualidade de acionista da empresa, solicitando esclarecimentos sobre a parceria da BR com a Golar Power diante dos fatos revelados pela Operação Lava Jato”, acrescentou a Petrobras, que não é mais a controladora da BR, mas ainda detém 38% na companhia.

No Brasil, a empresa possui uma unidade flutuante de armazenamento e regaseificação de GNL (FSRU) e 50% das Centrais Elétricas de Sergipe (Celse), e um projeto integrado de GNL e geração de energia no Porto de Sergipe.

Com informações do político epbr

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 01/10/2020

BACIA DE CAMPOS TEM PLANOS DE INVESTIMENTO DE R\$ 10 BI EM CAMPOS VENDIDOS PELA PETROBRAS

Por Gustavo Gaudarde - 30 de setembro de 2020 - Em Notícias

Essa newsletter é enviada primeiro aos assinantes, por e-mail.

COMECE SEU DIA

Quem faz Felipe Maciel, Guilherme Serodio e Larissa Fafá

Editada por Gustavo Gaudarde

gustavo@epbr.com.br

em jogo

Os novos planos de desenvolvimento de 14 campos de águas rasas, aprovados pela ANP, indicam que as áreas, antes em declínio, receberão investimentos que superam R\$ 10 bilhões, considerando somente as atividades de realização obrigatória. Esse valor, avalia a agência, pode dobrar, se consideradas atividades ainda contingentes.

— São campos vendidos pela Petrobras e atualmente operados por BW, Perenco e Trident. Em 2012, produziam 81 mil barris/dia, e, em 2019, a produção havia declinado para, aproximadamente, 26 mil b/d.

— “A estratégia da Petrobras de priorizar ativos de águas profundas, com foco no pré-sal, aliada ao declínio dos campos maduros, fizeram com que a produção sofresse queda de quase 70% no período, com perda de mais de cem poços produtores”, explica a ANP.

— No total, a ANP espera uma produção adicional de 500 mil barris ao longo da vida dos campos e a partir dos investimentos em revitalização aprovados nos planos de desenvolvimento.

A PetroRio recebeu aval da ANP para atuar como comercializadora de gás natural, excetuando GNL e GNC a granel, e vendedora do energético, conforme a autorização e despacho da agência.

— PetroRio tem 10% do campo de gás de Manati, na Bahia, operadora pela Petrobras. Parcela corresponde a uma reserva de 3 milhões de barris de óleo equivalente (boe/dia) e uma produção de cerca de 1,6 mil boe/dia, majoritariamente de gás.

— Em agosto, a Enauta anunciou a venda para a Gas Bridge de sua participação de 45% no campo de gás natural de Manati. Petrobras também pretende vender sua parte, de 35%

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) reduziu em 8% as projeções de produção acumulada de petróleo, no Brasil, ao longo dos próximos dez anos. A previsão é que o país atinja uma produção de 5,26 milhões de barris/dia em 2030, patamar 4,8% abaixo do previsto anteriormente. O pré-sal representará cerca de 80% da produção total prevista em 2030.

— Mesmo com a redução das estimativas, a expectativa é que o Brasil mantenha um ritmo de crescimento expressivo, com a produção de óleo crescendo 61% entre 2021 e 2030. Valor

A Petrobras vai reavaliar a participação da Golar Power em uma licitação para arrendamento de seu terminal de regaseificação de GNL na Bahia. A companhia fará uma revisão da análise de integridade da Golar, um processo aplicado a todos seus fornecedores. Money Times

— A Golar é dona de metade da Hygo Energy, cujo presidente, Eduardo Antonello, é investigado pelo Ministério Público Federal (MPF) por suposto envolvimento em esquema de propina envolvendo a petroleira quando era executivo da Seadrill.

— Uma fonte próxima à empresa ouvida pelo Valor entende que a companhia pode esbarrar em regras de compliance da Petrobras que tratam do relacionamento da estatal com empresas e executivos com conexão com a Lava-Jato. “A Golar não está sob investigação do MPF, mas já tem que lidar com algumas questões decorrentes dessa operação”

— A Petrobras já tinha pré-qualificado dez empresas para a disputa, incluindo uma subsidiária do grupo Golar, a Golar Power Latam Serviços Marítimos Ltda.

O petróleo caiu mais de 3% nessa terça-feira (29), atingindo o menor nível em duas semanas, por conta de preocupações com a demanda por combustíveis quando os EUA e a Europa lidam com uma nova onda de casos de covid-19.

— O Brent para novembro caiu 3,3%, a US\$ 41,03 o barril, e o WTI para o mesmo mês registrou queda de 3,2%, cotado a US\$ 39,29 o barril. Reuters

— O preço do barril só deve voltar a superar os US\$ 50 apenas no fim de 2021, previram analistas durante evento online sobre commodities promovido pelo jornal “Financial Times” nessa terça (29). Valor

A Petrobras vai aumentar os preços médios da gasolina em suas refinarias em 5% a partir desta quarta-feira (30/9), e o diesel subirá 3%. Na gasolina, é o segundo aumento consecutivo, que se seguiu a três quedas consecutivas. No diesel, será a primeira alta desde 20 de agosto. Desde então, a Petrobras havia reduzido o valor por três oportunidades. Reuters

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), reuniu-se nessa terça (29) com integrantes do governo para discutir a ação que busca impedir a privatização de refinarias da Petrobras sem aval legislativo. O pedido de liminar feito pelas mesas do Congresso, do Senado e da Câmara será julgado no plenário da corte nesta quarta-feira (30/9).

— Participaram da reunião, por videoconferência, os ministros Bento Albuquerque, das Minas e Energia, e José Levi, da Advocacia-Geral da União (AGU).

— O pedido de liminar questiona a estratégia da Petrobras de criar subsidiárias para a venda de suas refinarias, o que seria uma forma de burlar a exigência de aval legislativo para a privatização de estatais-matriz.

— No julgamento iniciado em sessão virtual há quase duas semanas, três ministros do STF foram contrários à Petrobras – Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio Melo. Foi quando o presidente do Supremo, ministro Luiz Fux, pediu destaque à Reclamação 42.675, relativa ao pedido de liminar, levando a decisão para o plenário. Valor

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou que a prioridade da pasta é o projeto de capitalização da Eletrobras e que o processo de privatização da empresa, ao lado da lei que estabelece o novo mercado de gás, faz parte das medidas apontadas pelo governo como necessárias para a modernização do setor.

— Em discurso na abertura do encontro anual dos agentes do setor elétrico (Enase), o ministro afirmou que a privatização da estatal vai ter tratamento especial no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

— “A Eletrobras segue como prioridade no ministério em relação a pauta de capitalização. Esse processo possibilitará a constituição de uma grande corporation brasileira no setor de energia, como as diversas que existem atuando no mundo e no Brasil.” Agência Brasil

Bento Albuquerque também encontrou o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, reuniu-se nessa terça (29) com o secretário de Energia da Argentina, Darío Martínez, para tratar do projeto para conectar a malha de gasodutos dos dois países, o que envolve um novo duto entre Uruguaiana e Porto Alegre (RS), de 600 km, orçado preliminarmente em US\$ 1,2 bilhão.

— O projeto abrange também uma ampliação de 1.430 km da capacidade de transporte no sistema argentino, entre a província de Neuquén, onde ficam as jazidas de gás de xisto, e Uruguaiana (RS). Os investimentos são estimados em US\$ 3,7 bilhões.

— Com a nova infraestrutura, a Argentina quer impulsionar o uso do gás de Vaca Muerta pela indústria brasileira. Atualmente o insumo tem custo final perto de US\$ 11 em São Paulo, mas poderia chegar a Porto Alegre a US\$ 7 por milhão de BTU. Valor

O BNDES aprovou financiamento de R\$ 80,2 milhões à Usina Laguna, de açúcar e etanol, no Mato Grosso do Sul, para geração de energia a partir do bagaço da cana-de-açúcar, ampliação da

capacidade de estocagem, incremento do potencial de moagem e investimentos no aumento e na renovação de seu canal. A termelétrica terá capacidade instalada de 30 MW.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 01/10/2020

RENOVABIO CHEGA A 10 MILHÕES DE CBIOs

Por Gustavo Gaudarde 1 de outubro de 2020 - Em Combustíveis, Transição energética

O RenovaBio atingiu a marca de 10 milhões de créditos de descarbonização (CBIOs) validados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), nesta quarta (30). Volume representa 67% do total de 14,9 milhões de CBIOs necessários para cumprir a meta de 2020 e o residual de 2019, que também precisa contratado este ano.

“O mercado de CBIOs vem registrando significativas variações positivas à medida que o RenovaBio avança (...) Com essa tendência de crescimento, a expectativa é que se tenha CBIOs suficientes para atingimento da meta para 2019 e 2020 até o início de dezembro”, informou a ANP.

Os créditos podem ser emitidos por produtores de etanol, biodiesel e biometano e são listados na B3, onde podem ser comprados pelas distribuidoras, que são obrigadas a cumprir metas anuais de aquisição de CBIOs, na proporção da participação do mercado de gasolina e diesel. Mas também estão disponíveis para investidores no mercado de balcão da bolsa.

Segundo a ANP, 103,7 mil títulos foram aposentados pelas distribuidoras até o fim de setembro – os dados da B3 não estão disponíveis nesta quinta (1º), mas na última atualização consultada pela epbr, em 3 de setembro, 625.668 créditos haviam sido comercializados.

“Cabe destacar que o valor médio do CBIO negociado na B3 variou de R\$ 20 a R\$ 37,35 no mês de setembro”, afirma a ANP.

Meta foi revisada pelo CNPE

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) cortou em cerca de 50% as metas de emissão e compras obrigadas de CBIOs em 2020,. Além da redução, foi considerado de “interesse da política energética nacional” que as compras por outros investidores sejam consideradas para o cumprimento das metas.

Medida ainda precisa ser regulamentado pela ANP. O Ministério de Minas e Energia (MME) entendeu que é uma forma de preservar os consumidores em um cenário de alta demanda por CBIOs que poderia inflar os preços.

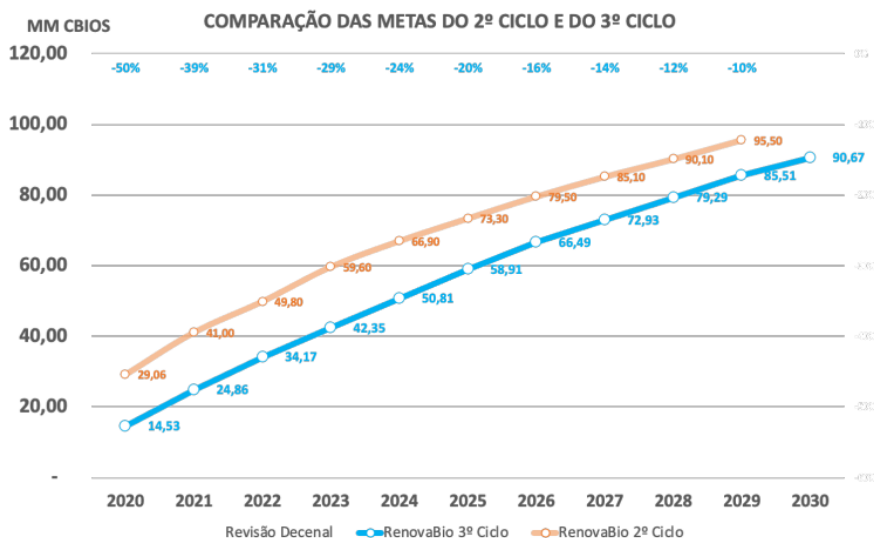
O CNPE também decidiu autorizar o dispositivo previsto na Lei do RenovaBio, que prevê redução das obrigações das distribuidoras em troca de contratos de compra de biocombustíveis de longo prazo – superior a um ano e firmado com emissor dos créditos de carbono do programa, os CBIOs.

Na revisão das metas para 2030 prevaleceu a proposta do MME, de redução no volume de compras obrigadas de CBIO em cerca de 50% em 2020, para 14,5 milhões de créditos – ao longo do ciclo de dez anos, a nova curva se aproxima da anterior, chegando a 91 milhões de créditos em 2030, frente a 95 milhões antes da revisão. Veja os estudos (.pdf)

Alessandro Molon (PSB/RJ) propõe o cancelamento da revisão, por meio de um projeto protocolado semana passada na Câmara dos Deputados.

O ministério espera, com isso, que não haja escassez de créditos ao longo dos dez anos do programa, o que comprometeria a confiabilidade do RenovaBio – a revisão foi necessária diante

do desequilíbrio do mercado causado pela pandemia de covid-19, especialmente na produção e demanda por etanol.



https://ci6.googleusercontent.com/proxy/YUPeom9i3OuGW4fCW903yl0g5erCI593KRve5NrJHhOGV4clqsYMNQFnDVxsau5ZNcEvTWbwFuHZsAh-Vt7BFmOpig_NExKLxpIe6K6yZrOg3fLmRV4JSI3OJ7zpEcjxborMu9LPbsFxF0f3cTqC3Aqx8gc_pA=s0-d-e1-ft#https://mcusercontent.com/12e52eef62fdad8fe6b4ba270/images/d6fa47c6-43f4-4067-8ad7-8623d0bd8522.png

Modelagem feita pelo MME conclui que redução para 14,6 milhões de CBIOS (-50%) na meta de 2020 e reaproximação com meta original em 2030 garante oferta de créditos ao longo do ciclo do programa (MME)

Fonte : Agência EPBR de Notícias
Data : 01/10/2020



JORNAL O GLOBO – RJ

INDÚSTRIA DO AÇO REVISAR QUEDA NA PRODUÇÃO EM 2020 DE 18,8%, EM ABRIL, PARA 6,4%

Demanda é puxada pela construção civil. Secretário Carlos da Costa diz que economia já gera empregos para sustentar a demanda

Por Glauce Cavalcanti



https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/23372874-1f2-1d8/FT1086A/652/x41468484_0404.1996CUS_TODIO-COIMBRAECALTO-FORNO-DA-CSN.jpg.pagespeed.ic.wyOOExg1-c.jpg

Funcionário trabalha no alto forno de siderúrgica
Foto: Custódio Coimbra / Agência O Globo

RIO - A indústria brasileira do aço está ampliando sua produção e afirma ter capacidade para abastecer o mercado nacional diante da retomada da demanda, afirma Marco Polo de Mello Lopes, presidente

executivo do Instituto Aço Brasil. Com aceleração da retomada da produção, o setor revisou sua estimativa para 2020.

Em abril, no pior momento da pandemia, a estimativa era encerrar o ano uma retração de 18,8% no volume produzido, com 26,4 milhões de toneladas, na comparação com 2019. Este mês, a previsão foi revisada para -6,4%, para 30,4 milhões de toneladas.

— Começamos 2020 com 63% de capacidade utilizados. Pela característica da atividade, deveríamos operar acima de 80% para trazer resultados. Em abril, no pior momento, chegamos a 42%. Agora, já voltamos a 63% e devemos terminar o ano entre 70% e 75%. Estamos vivendo uma recuperação vigorosa e rápida — disse.

O executivo explicou que o repique na demanda vem principalmente da construção civil. E frisou que não há risco de alta de preços ou falta de aço no mercado do país, reforçou:

— Houve comentários no sentido da indústria retardar o religamento de alto-fornos pelo setor de construção. E que o incremento exponencial nas exportações levaria a um enxugamento da oferta no mercado nacional e a alta expressiva do preço do aço. Isso não procede. Está se querendo fabricar uma crise que não existe.

Marco Polo participou de encontro com o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos da Costa, que visitou na manhã desta quinta-feira a usina da Gerdau em Araçatiguama, em São Paulo. Juntos, eles falaram com jornalistas com transmissão ao vivo pela internet.

O secretário afirmou que o Brasil experimenta uma retomada na economia “sem igual no mundo”, reconheceu haver gargalos para equalizar o ritmo de diversas cadeias produtivas da indústria, mas está confiante na retomada do emprego, mesmo com a retirada das medidas de auxílio emergenciais.

— É um momento de alegria, pelo lado de geração de emprego, de retorno das atividades e crescimento vigoroso da nossa economia — disse o secretário.

— A previsão do setor era de queda de 20% no aço este ano. O que estamos vendo nas últimas semanas é uma surpresa grata para praticamente o Brasil inteiro. É um ano pujante para a indústria como não vemos há muitos anos no Brasil. É um retorno em V maiúsculo.

Esta semana, o IBGE divulgou uma taxa de desemprego recorde no país no trimestre encerrado em julho, de 13,8% ou 13,1 milhão de pessoas. Ao todo, faltou trabalho para 32,9 milhões de brasileiros no período.

Em agosto, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o Brasil teve saldo de 249.388 vagas formais, melhor resultado para o mês desde agosto de 2010. O dado, contudo, não pode ser comparado com o do IBGE porque considera apenas registros administrativos de empresas e postos com carteira no mês.

Alta no preço dos insumos

O comentário de Costa vem em meio a queixas de diversas áreas do setor produtivo num cenário de aumento do custo de matérias-primas e insumos de forma ampla, sobretudo daqueles precificados em dólar, passando pelo reajuste das commodities no mercado internacional.

Como houve uma interrupção da cadeia produtiva concentrada em abril, há um processo mais lento e gradual até reequilibrar os diversos elos do processo em produção, insumos e distribuição. O momento atual é de recomposição de estoques, sublinhou Costa.

— O urso acordou. E ele acorda morrendo de fome, depois de um tempo sem comer, magrinho. Ainda está fragilizado, então não é rápido como antes (de hibernar). Como come muito mais no início do que em situações normais, precisa repor energias e voltar a engordar — comparou o secretário.

— Está acontecendo isso no varejo, no atacado, nos distribuidores. O Brasil acordou com fome, mas está fragilizado. Até os estoques se preencherem novamente, infelizmente, teremos escassez de alguns produtos e preços mais altos, principalmente na ponta.

Ele reconhece que em alguns setores a retomada vai demorar mais, como em serviços, eventos e hotelaria, que demandam deslocamento físico até o local de consumo.

Mas criticou a decisão de governos de estados e municípios que mantiveram medidas de restrição a atividades do comércio na reabertura da economia, o que funcionaria como uma trava ao crescimento.

Carlos da Costa cita as medidas adotadas pelo governo como fundamentais para que a indústria tenha chegado até aqui pronta para responder com agilidade ao que chamou de “chicotão” na demanda.

— Há um efeito chicote. Começa a vender muito na ponta e o varejista tem de recompor o que vendeu e os estoques. Faz pedidos maiores do que o que está vendendo. E a indústria tem gargalos para atender isso. O elo mais apertado de uma cadeia determina a produção total. Estamos trabalhando para que o retorno não seja atabalhado — disse.

Ele garantiu que não vai deixar o governo para assumir um cargo no Banco Mundial como foi noticiado na última semana.

Sem intervenção no mercado

No segmento do aço, ele reconhece o efeito da alta do minério de ferro, que saltou perto de 80% em 12 meses. É positivo do lado da exportação, mas ruim para quem importa, diz ele, destacando que é preciso respeitar os ciclos dos mercados.

— Se está faltando produtos em algumas regiões e essa escassez já está diminuindo, tentar controlar preço é a pior coisa. Ou teríamos o vergalhão mais caro do mundo e sem entrega. Temos de ter paciência. Não dá para fazer mágica. Se as cadeias de distribuição estão vazias, leva um tempo para preencher. Nesse momento, os preços estarão mais altos.

O tombo e o salto na demanda em sequência num mesmo ano, diz Costa, nunca aconteceu com a magnitude vista agora, o que explica a grande flutuação na cadeia de produção.

Para destacar a retomada “mais rápida do que esperava”, o secretário citou o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) do Brasil, apurado pela IHS Markit, que chegou a 64,7 em agosto, após bater 58,7 em julho. Acima de 50, o índice aponta crescimento industrial.

O relatório fala na retomada em produção e demanda, mas alerta para a pressão sobre os ganhos devido à alta de preço dos insumos, tanto pelo câmbio quanto pela escassez de materiais.

— Hoje, estamos vivendo o período com o qual sonhamos: o Brasil crescendo, gerando emprego. Milhares de pessoas sendo contratadas sustentam a demanda, sustentam as compras. A indústria de máquinas e equipamentos já está praticamente igual a 2019.

Marcos Faraco, vice-presidente da Gerdau Aços Brasil, Argentina e Uruguai, que assumiu a presidência do Conselho Diretor do Instituto Aço Brasil no último dia 22 de setembro, disse que sua companhia experimenta crescimento:

— Vemos retomada do crescimento, recuperação do atraso (em resultado da parada em meio à pandemia) e reposição de estoques. Temos estoque médio para 25 a 30 dias. Em julho baixou para 7 dias. Agora está na ordem de 15. Entre outubro e novembro, retomaremos a média de 25 a 30 dias. E estaremos vivendo a recuperação.

O setor siderúrgico no país está preparado para atender a demanda de aço em meio à uma retomada consistente da economia, afirmou Carlos da Costa, secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, após visita a usina da Gerdau em Araçariçuama, em São Paulo, na manhã desta quinta-feira.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 01/10/2020

RENDA CIDADÃ: APÓS CRÍTICAS AO GOVERNO, VEJA PROPOSTAS DE ESPECIALISTAS PARA BANCAR O PROGRAMA SOCIAL DE BOLSONARO

Ideias incluem alta de impostos e unificação de benefícios sociais. Planalto já revê uso de precatórios para financiar substituto do Bolsa Família

Por Cássia Almeida, Nice de Paula e Marcello Corrêa



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24565329-6bb-e15/FT1086A/652/x89040195_WASHINGTON-USAMAY-24-Monica-de-Bolle-speaks-during-a-panel-hosted-by-the-Turkish-Her.jpg.pagespeed.ic.JLsO_FXCIS.jpg

Monica de Bolle, professora da Universidade Johns Hopkins, propõe o aumento da carga tributária, mas sem pressionar a classe média Foto: Samuel Corum / Agência O Globo

RIO e BRASÍLIA - Diante da reação negativa de mercado e especialistas, o Palácio do

Planalto já estuda fazer ajustes e descartar o uso de recursos dos precatórios como fonte de financiamento do Renda Cidadã, programa que vai substituir o Bolsa Família.

Há indícios também de que o Fundeb deixará de ser uma opção. Novas alternativas estão em estudo pela equipe econômica, que busca algo “mais suave e palatável” para o mercado, segundo interlocutores.

Para especialistas ouvidos pelo GLOBO, há outras saídas, como unificar programas sociais ineficazes, ampliar a reforma administrativa, tributar lucros e dividendos e reavaliar benefícios tributários.

Os economistas sugerem ainda usar recursos de fundos públicos destinados a ações específicas, como o financiamento de ciência, tecnologia e aviação, e aumentar alíquotas do Imposto de Renda e rever as deduções de saúde e educação.

Todos defendem a importância de um programa social que dê continuidade à transferência de renda do auxílio emergencial, diante da crise provocada pelo novo coronavírus.

A proposta do governo de usar recursos de precatórios e verba do Fundeb para o Renda Cidadã foi avaliada por especialistas como um aumento do endividamento e uma flexibilização indireta do teto de gastos (que limita o crescimento das despesas à inflação).

Precatórios são dívidas que o governo contrai após perder definitivamente uma ação na Justiça. A proposta joga para frente o pagamento de parte desses débitos. Na prática, rola a dívida para abrir espaço no Orçamento.

Já o Fundeb não está sujeito ao teto de gastos, por isso, os recursos do fundo que seriam direcionados ao novo programa também ficariam fora da trava fiscal.

Confira as propostas dos economistas ouvidos pelo GLOBO:

Aumento de impostos

Monica de Bolle



<https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/23912341-f07-e4e/FT1500A/690/35739921 ECO-Rio-de-Janeiro-RJ-21-09-2010-Entrevista-com-a-Economista-Monica-de-Bolle-.-Foto-Pedro-K-1.jpg>

Para Monica de Bolle a saída é aumentar impostos, mas é preciso avaliar qual taxa seria a mais adequada Foto: Pedro Kirilos / Agência O Globo

Professora da Universidade Johns Hopkins e pesquisadora sênior do Instituto Peterson de Economia Internacional em Washington (EUA), a economista Monica de Bolle afirma que é inevitável aumentar impostos para fazer frente aos gastos com saúde e programas sociais.

Diz que não faz o menor sentido financiar um gasto com uma dívida (precatórios), muito menos usar recursos do Fundeb, que estão carimbados para educação.

Ela defende uma espécie de seguro para oscilação de renda, que alcance em torno de 50 milhões de trabalhadores, ganhando valor semelhante ao Bolsa Família, “para não criar cidadão de primeira classe e segunda classe”.

— Para financiar o programa, é com mais tributação, mas não é a CPMF. Podemos tributar lucros e dividendos (de pessoas físicas, hoje isento) e, para isso, só precisa de um projeto de lei complementar. Da mesma forma com a mudança de alíquotas de Imposto de Renda, para tributar as pessoas de renda alta no país e acabar com as deduções de saúde e educação.

E resalta:

— Mas é preciso calibrar direito para não achatá-la ainda mais a classe média, que já é muito achatada e pobre. Com isso, se conseguiria boa parte dos cerca de R\$ 100 bilhões para custear a rede de proteção social.

Monica lembra que a pandemia foi um "extintor de empregos" e que o país tem um grande contingente flutuando constantemente entre a formalidade e a informalidade.

— São pedreiros, marceneiros, manicure. Elas não atendem aos critérios do Bolsa Família. Entretanto, claramente, são pessoas que precisam de ajuda. Essas pessoas recebem uma renda baixa, daríamos um complemento, que teria de ser comparável em valores ao Bolsa Família (benefício médio de R\$ 200), para não criar, dentro da rede de proteção social, cidadão de primeira e segunda classe.

Esse benefício funcionaria como um seguro, variando de acordo com a situação econômica:

— O benefício seria pago integralmente quando a economia está mal e se aplicaria um fator de redução quando a economia estiver bem. Ao longo do tempo, é possível ainda construir um fundo para financiar o programa.

Unificação de programas sociais

Marcos Lisboa



https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/22455732-751-33e/FT1500A/690/74704590_EC-Sao-PauloSP07-02-2018-Marcos-Lisboapresidente-do-Insper-.FotoEdilson-DantasA.jpg

Marcos Lisboa propõe unificar programas sociais e aprofundar a reforma administrativa Foto: Edilson Dantas / Agência O Globo

Presidente do Insper, o economista Marcos Lisboa, que já foi secretário de Política Econômica no primeiro governo Lula, defende a unificação de programas sociais, por haver benefícios que não chegam aos mais pobres, e uma reforma administrativa mais ambiciosa.

Diz que adiar pagamento de precatórios representa moratória unilateral e que também "não pode usar essa malandragem de tirar dinheiro da educação".

— Tem que unificar programas sociais como abono salarial, salário família e seguro defeso com o Bolsa Família. Muitos são ineficazes, não vão para os mais pobres, geram distorções. É necessário um programa unificado mais eficaz, capaz de fato de cuidar desses grupos vulneráveis.

Na opinião de Lisboa, outra medida importante é ampliar a reforma administrativa, pois a que foi apresentada pelo governo "é tão tímida, que parece uma não proposta".

— O governo fez uma proposta de reforma administrativa incrivelmente tímida, quase uma não proposta de reforma, que não contém o crescimento dos gastos obrigatórios. Há propostas melhores incluindo os atuais servidores.

Para Lisboa, é preciso uma sinalização clara do Executivo sobre o controle das contas públicas, para que os agentes econômicos possam vislumbrar melhora futura.

— O que importa para as contas públicas é a sustentabilidade. As pessoas sabem que estamos numa pandemia, que há problemas sociais. Mas é preciso ficar claro que vamos compensar lá na frente, com uma reforma administrativa mais profunda, indicando que a despesa com servidores vai cair, que a máquina pública vai ser mais eficiente.

Lisboa acrescenta que, para expandir o gasto, o governo precisa mostrar que vai trabalhar para compensar no futuro:

— Se sinalizasse isso, seria diferente.

Reavaliação de benefícios

Silvia Matos



https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/22448981-dd9-03b/FT1500A/690/68117195_EC-Rio-de-JaneiroRJ-01-06-2017Entrevista-com-a-economista-Silvia-Matos-Foto-Alexandre.jpg

Para a economista Silvia Matos, governo deveria reavaliar as políticas sociais existentes Foto: Alexandre Cassiano / Agência O Globo

A economista Silvia Matos, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas, diz que é muito importante garantir alguma segurança para os informais que,

como ficou claro com a pandemia, estão no limbo: não têm a proteção social dos trabalhadores formais nem o Bolsa Família que vai para os mais pobres.

Na visão da economista, é preciso aproveitar o momento para realizar uma análise profunda de todos os gastos sociais do governo, inclusive do abono salarial e do seguro defeso, que tiveram seu debate abortado pelo presidente Jair Bolsonaro:

— No primeiro momento, foi dito que o Renda Brasil tiraria recursos do abono salarial e do seguro defeso. Sou muito a favor de acirrar a pressão para reavaliar estes e outros benefícios, como os tributários. Também acho importante discutir o Sistema S e os salários dos funcionários públicos. Tentar reavaliar todos os gastos, até o Imposto de Renda, a dedução de gastos com saúde e educação para as classes mais altas. Politicamente é difícil, tem que comprar brigas.

Para a economista, o governo se propõe a usar recursos do Fundeb e dos precatórios para fugir dos embates, já que esses itens não têm um grupo de interesse.

— O governo quer achar espaço, mas não quer reavaliar as despesas, o que é muito ruim, porque temos gastos que são ineficazes do ponto de vista econômico e injustos do ponto de vista social. O governo gasta muito em proporção do PIB, mas não está gastando certo.

A economista acrescenta:

— É ruim o governo não ter comprado as boas brigas, não entrar no Sistema S, não enfrentar as corporações. Essa discussão é benéfica e o momento, propício. Ano que vem esse benefício emergencial vai acabar para um grupo de pessoas que pode ir para renda zero.

Segundo ela, sem um debate mais amplo e complexo, o país não vai encontrar uma solução para o problema que vai continuar em função dos efeitos da crise, que devem se prolongar, sobretudo para os trabalhadores informais do setor de serviços:

— É uma crise devastadora para esses trabalhadores. Vai achar subterfúgios, achar arremedios, sem chegar a uma saída. O cobertor é curto, todo mundo puxa seu pedaço, e ele pode rasgar, esse é o perigo. Debater o conflito distributivo é a tarefa do Executivo. E isso devia ser feito de um jeito mais técnico, tirando a questão política. São mudanças que precisam ser feitas e que são mais técnicas do que políticas.

Substituição de despesas no Orçamento

Claudio Considera



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24631297-b2c-ebb/FT1500A/690/considera.jpg>

Para o economista Claudio Considera, verbas de publicidade, por exemplo, poderiam ir para o Renda Cidadã Foto: Agência O Globo

O economista Claudio Considera acredita que a solução para financiar o Renda Cidadã é o governo trocar algumas despesas.

— Há muitas coisas dentro do orçamento que poderiam deixar espaço para o Renda Cidadã, a propaganda do governo, por exemplo, poderia ser reduzida. O importante é não aumentar a carga tributária para fazer isso. Trocar despesas mantendo o orçamento é melhor do que elevar a carga tributária que já é muito pesada.

Ele não gostou da proposta do governo de utilizar recursos dos precatórios e do Fundeb.

— Achei uma maluquice. Como disse o Gustavo Franco, é dar o calote no calote, porque os precatórios já são um calote. Tirar recursos do Fundeb também é um absurdo, não tem o menor sentido, já não estamos bem em educação.

Remodelagem do abono salarial

Margarida Gutierrez



https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/2267917-d4d-868/FT1500A/690/34089613_Margarida-Gutierrez-economista-e-professora-da-UFRJ.jpg

Margarida Gutierrez propõe a unificação de programas sociais, mas sem a extinção deles
Foto: Divulgação / Agência O Globo

Para a economista do Coopead/UFRJ Margarida Gutierrez, a única forma de o governo financiar o Bolsa Família é unificar os demais programas assistenciais, ou seja, juntar o Bolsa Família, o seguro defeso e o abono salarial, mas sem necessariamente extinguir todos esses programas.

— No caso do abono salarial, a ideia não é acabar, poderia ser aplicado um filtro. Quem ganha um salário mínimo permanece com o benefício, mas quem ganha até dois já entra num outro extrato de poder aquisitivo. Um jovem de classe média que começa a trabalhar entra nessa faixa de renda e recebe o abono. É pobre? Precisa? Não. O benefício precisa permanecer para a cauda inferior de renda. Já o seguro-defeso é uma vergonha, tem dois milhões de inscritos, mas, segundo o IBGE, o país tem 200 mil pescadores, é uma fraude — diz.

Segundo ela, a remodelagem do abono salarial, que custa R\$ 22 bilhões por ano, geraria uma economia de pelo menos R\$ 10 bilhões, enquanto o seguro-defeso poderia resultar em mais R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões por ano.

— Não tem outra maneira. O pagamento de precatórios está previsto na Constituição, usá-lo seria um crime de responsabilidade fiscal. O Fundeb está fora do teto. Usar uma verba que está fora do teto para pagar uma despesa que não foi incluída no Orçamento é contabilidade criativa. E furar o teto é péssimo para a credibilidade do país — diz Margarida, acrescentando que as duas propostas vieram do Congresso e não da equipe econômica. — Nosso Congresso é da pior qualidade.

Uso de verbas de fundos públicos

José Márcio Camargo



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24670397-ec1-452/FT1500A/690/23710049_EC-Rio-de-Janeiro-RJ-24-08-2009-Cenarios-e-Perspectivas-para-o-Brasil40-Anos-da-Edit.jpg

O economista José Márcio Camargo propõe reduzir fundos para financiar programa social
Foto: Márcia Foletto

Para o professor do departamento de Economia da PUC-Rio e economista-chefe da Genial Investimentos, José Márcio Camargo, uma das saídas para financiar o novo programa social seria recorrer ao dinheiro carimbado que hoje vai para fundos públicos destinados a ações específicas, como o financiamento de ciência, tecnologia e aviação, por exemplo.

— Você tem todos os fundos infraconstitucionais que são de verba direcionada. Vai ser aprovada uma proposta (PEC dos Fundos) diminuindo esses fundos. Vai sobrar dinheiro que era direcionado para determinado objetivo, que poderá ser utilizado para financiar o programa — afirma.

Ele aponta também a consolidação de programas sociais como saída para custear o benefício.

— Você tem que diminuir gasto. Esse é o princípio do teto do gasto. Uma vez que você bateu no teto, se você quer aumentar despesa com algum programa, tem que descobrir outro programa para diminuir. Já foram citados alguns, como não reajustar o salário mínimo por dois anos e consolidar os programas sociais — afirma.

Apesar de ser contra a rolagem de precatórios, o especialista é favorável à ideia de aproveitar recursos do Fundeb para reforçar o programa:

— Usar o dinheiro do Fundeb acho perfeito. Não acho problema algum. Se pegar os 5% do Fundeb que deveriam ir para a educação infantil e usar para dar acesso a creche para filhos de famílias que pertencem ao programa, acho perfeito. É uma ótima utilização, é um avanço. Acho que isso seria muito bom, não tenho nada contra essa parte da proposta.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 01/10/2020

BOLSONARO SANCIONA LEI QUE AMPLIA DISPENSA DE LICITAÇÃO DURANTE PANDEMIA

Norma permite que todos os órgãos da administração pública deixem de fazer licitação para obras de engenharia no valor de até R\$ 100 mil

Por André de Souza



https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/246286_91-d8d-d45/FT1086A/652/x50319227878_2fb63747a0_o.jpg.pagespeed.ic.KDIMf1rZtZ.jpg

Bolsonaro sanciona lei que amplia dispensa de licitação durante pandemia Foto: Marcos Correa / Presidência

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro sancionou lei que amplia as possibilidades de dispensa de licitação durante a pandemia de Covid-19. A norma permite que todos os órgãos

da administração pública deixem de fazer licitação para obras de engenharia no valor de até R\$ 100 mil e também para compras de até R\$ 50 mil, mesmo que elas não tenham relação direta com o enfrentamento à doença.

A ação foi autorizada em maio por meio de uma medida provisória. Em setembro, foi aprovada no Congresso. Segundo a Secretaria-Geral da Presidência, a medida "ajuda a diminuir o risco de paralisação das obras públicas nas unidades da Federação. Parte dos servidores e colaboradores está em trabalho remoto e, portanto, não pode realizar licitações presenciais, o que poderia comprometer a efetiva entrega de políticas públicas à população que, neste momento, necessita da rapidez para, por exemplo, ter acesso às construções emergenciais de centros hospitalares".

A lei também autoriza pagamentos antecipados, ou seja, que o valor seja transferido para o fornecedor antes da entrega do produto. Outra mudança foi a ampliação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), que poderá ser usado em qualquer tipo de contratação, desde que

limitada a R\$ 330 mil, no caso de obras e serviços de engenharia, e a R\$ 176 mil para outros produtos ou serviços.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 01/10/2020

GOVERNO ENVIA AO CONGRESSO PROJETO QUE LIBERA R\$ 6 BILHÕES PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA

Destinação completa dos recursos e de onde vem o dinheiro ainda não foram informados

Por Manoel Ventura

BRASÍLIA — O governo informou nesta quarta-feira que enviou ao Congresso Nacional projeto de lei que abre um crédito “no valor aproximado de R\$ 6 bilhões” que serão usados principalmente para obras de infraestrutura. O impasse sobre o custo dessas obras e o envio do projeto se arrasta há meses dentro do governo.

Só agora, porém, o Palácio do Planalto enviou o texto ao Congresso. A íntegra do projeto ainda não foi divulgada. Por isso, não é possível saber quais projetos e ministérios serão atendidos.

Segundo nota divulgada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, os recursos serão usados, entre outros, para construção e manutenção de rodovias, para a Ferrovia de Integração Oeste-Leste.

O dinheiro também será usado, de acordo com a pasta, para estruturação das redes de atenção básica e especializada em saúde da Fundação Nacional de Saúde, para gestão e fiscalização de barragens.

Por conta do teto de gastos — regra que limita o crescimento das despesas da União —, para liberar o dinheiro o governo precisa cancelar outros recursos. Essas informações também não foram divulgadas, e só se tornarão públicas após a íntegra do projeto ser divulgada.

A demora para o envio do projeto ocorreu por conta do total de recursos. Inicialmente, a equipe econômica avisou que só havia espaço para R\$ 5 bilhões. Por pressão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), esse valor subiu para R\$ 6,5 bilhões. Agora, foram liberados R\$ 6 bilhões, de acordo com o Palácio do Planalto.

Ao longo de agosto, ministros do governo cogitaram editar uma medida provisória (MP) liberando recursos para obras fora do teto de gastos, o que irritou Guedes.

Esses ministros argumentam ser necessário aumentar gastos públicos para recuperar a economia, além de pavimentar o caminho para a eleição do presidente Bolsonaro para as eleições de 2022.

Parte do dinheiro terá o destino indicado por parlamentares aliados ao governo, o que deve irrigar suas bases eleitorais. Também há recursos para os ministérios do Desenvolvimento Regional e o da Infraestrutura.

O dinheiro indicado por parlamentares é diferente das emendas anuais colocadas no Orçamento. É uma indicação feita apenas para aliados e acaba irrigando projetos dos próprios ministérios da Infraestrutura, MDR, Agricultura, entre outros.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 01/10/2020

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

GOVERNO 'PROVAVELMENTE' NÃO USARÁ PRECATÓRIOS EM PROGRAMA DE RENDA, DIZ MOURÃO

O vice-presidente Hamilton Mourão disse que o governo "provavelmente" não usará recursos dos precatórios federais para custear o programa de distribuição de renda, em análise pelo governo, nem do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Mourão afirmou - ao chegar nesta quinta-feira na Vice-Presidência, no Palácio do Planalto - desconhecer outras formas de custear o programa e sugeriu que o tema fosse questionado do "outro lado", no Congresso Nacional.

A proposta de financiar o programa Renda Cidadã, com dinheiro dos precatórios e do Fundeb, havia sido anunciada pelo governo e lideranças do Congresso no início da semana e causou mal-estar no mercado por propor o adiamento do pagamento dos precatórios que até então são quitados em dia.

O vice-presidente afirmou também que, se o Congresso desejar, seria possível aprovar a reforma tributária ainda este ano. "O que tinha que ser apresentado já foi. O Congresso já tem duas propostas de emenda à Constituição (PECs) de autoria deles lá. Se desejarem, a coisa anda", afirmou Mourão.

Em julho, o ministro da Economia Paulo Guedes, disse que a proposta de reforma tributária entregue pelo governo representava apenas uma parte inicial do plano do Executivo e sinalizou que encaminharia outras propostas contemplando a unificação do Imposto de Renda, dividendos, impostos indiretos.

A princípio, o tema da reforma tributária também seria tratado na mesma reunião do início da semana sobre o Renda Cidadã, mas ficou de lado. Não vingou a tentativa do ministro da Economia, Paulo Guedes, de incluir um novo imposto de transações financeiras, aos moldes da antiga CPMF, na proposta de reforma tributária que tramita na Câmara.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, os líderes avisaram durante a reunião que, em ano de eleições municipais, seria impossível "ganhar a narrativa" de criação de um novo imposto para a redução dos tributos e encargos que incidem sobre a folha de pagamentos.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 01/10/2020

POR 6 A 4, STF MANTÉM A VENDA DE REFINARIAS DA PETROBRÁS SEM A NECESSIDADE DE AVAL DO CONGRESSO

Decisão é vitória para o governo, que pretende vender 8 das 13 unidades de refino da estatal; valores podem chegar a R\$ 83,6 bilhões nas contas da XP Investimentos

Por Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Por seis votos a quatro, o Supremo Tribunal Federal (STF) liberou nesta quinta-feira, 1º, o plano de venda de refinarias tocado pela Petrobrás, sem necessidade de autorização pelo Congresso. A decisão representa uma vitória para o governo e aos propósitos de desinvestimento da estatal, que pretende vender oito refinarias, mais da metade de seu parque de refino, que conta com 13 unidades.

O debate em torno das unidades de refino envolve a negociação de valores entre R\$ 63,6 bilhões a R\$ 83,6 bilhões, pelas contas da XP Investimentos. A Petrobrás pretende vender as refinarias de Landulfo Alves (BA), Presidente Getúlio Vargas (PR), Abreu e Lima (PE), Alberto Pasqualini (RS), Gabriel Passos (MG), Isaac Sabbá (AM), Lubnor (CE) e Unidade de Industrialização de Xisto (PR).

Os ministros analisaram a ação de forma cautelar, ou seja, a Corte ainda terá de se debruçar novamente sobre o assunto no futuro. O plano da estatal foi debatido na Suprema Corte por uma provocação do poder Legislativo. Em julho, as mesas do Senado, Câmara e Congresso pediram ao STF que impedisse a venda das refinarias da forma planejada pela petroleira.

Os parlamentares alegaram que, para vender esses ativos, a Petrobrás estava burlando uma decisão do STF tomada no ano passado. Na ocasião, a Corte proibiu o governo de vender uma 'empresa-mãe' sem autorização legislativa e sem licitação, mas autorizou esse processo no caso das subsidiárias.

A alegação é de que a estatal manobra a determinação do STF ao transformar as refinarias em subsidiárias para então vendê-las. Por isso, pediram que a Corte explicitasse que a "criação artificial" de subsidiárias, constituídas a partir de desmembramentos da empresa-matriz com interesse de venda, deve ser proibida.

Uma empresa subsidiária é uma espécie de subdivisão de uma companhia, encarregada de tarefas específicas no mesmo ramo de atividades da empresa-mãe. A Petrobrás, por exemplo, tem subsidiárias como a Transpetro.

Por maioria, os ministros do STF avaliaram que o entendimento da Corte não foi descumprido, e que as operações representam um desinvestimento por parte da estatal – e não uma fraude para repassar o controle acionário ao setor privado.

Depois do pedido, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), mudou de posição e desistiu de participar do processo. Segundo Maia, a Câmara fez uma consulta ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) - com quem a Petrobrás firmou termo de compromisso para suspender multas em troca do compromisso de venda das refinarias.

Votaram a favor da Petrobrás os ministros Luis Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Luiz Fux. Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio Mello votaram pela suspensão da venda.

Primeiro a votar para negar a ação do Congresso, o ministro Alexandre de Moraes explicou não ter visto qualquer desvio de finalidade na criação de subsidiárias para que as unidades de refino sejam vendidas. "A Petrobras não pretende perder valor na bolsa (com a venda), ou perder controle acionário, mas pretende otimizar sua atuação e garantir maior rentabilidade a empresa", disse Moraes.

No mesmo sentido, o ministro Luís Roberto Barroso afirmou que não há fraude na escolha feita pela estatal, nem desrespeito ao que decidiu o STF no ano passado. O ministro pontuou que há como uma estatal precisar de autorização legislativa a cada decisão de venda de ativo. "Não tem como funcionar como empresa privada se tiver que seguir esses ritos", disse.

Plano para reduzir o endividamento

A venda das refinarias pode alcançar R\$ 83 bilhões e encurtar o caminho para que a estatal tenha endividamento alinhado com o de outras petroleiras, ampliando a capacidade de investir. Ao mesmo tempo, de pagar dividendos mais generosos a seus acionistas - tanto a União quanto os minoritários.

A dívida bruta da Petrobrás em junho era de US\$ 91,3 bilhões. É 35% menor que em junho de 2014, quando a empresa chegou a dever quase US\$ 140 bilhões. A relação entre a dívida e o Ebitda (geração de caixa), de 2,34 vezes, segue acima da média do setor, de 1,5 vez. A meta da estatal é reduzir o montante a US\$ 60 bilhões em 2022. Se chegar lá, ela pode pagar dividendos

com base na geração de caixa, que permaneceu forte mesmo com o choque do petróleo, graças à rentabilidade do pré-sal e à recuperação da economia chinesa.

Fonte : *O Estado de São Paulo - SP*

Data : 01/10/2020

AGU DIZ QUE 'NÃO É POSSÍVEL CONCLUIR' RELAÇÃO ENTRE ALTA NO DESMATAMENTO E AÇÕES DE RICARDO SALLES

Manifestação também diz que 'não houve qualquer menção à iniciativa para a realização de algum ato ilegal' na declaração do ministro do Meio Ambiente sobre 'ir passando a boiada' em regulações ambientais; processo que pede afastamento de Ricardo Salles está parado há 86 dias na Justiça

Por Paulo Roberto Netto

A Advocacia-Geral da União (AGU) alegou que 'não é possível concluir' que o aumento do desmatamento no Brasil são reflexos de ações e atos do ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, acusado pelo Ministério Público Federal de cometer uma 'desestruturação dolosa' da política ambiental.

Documento

AS ALEGAÇÕES DA AGU EM DEFESA DE SALLES

PDF

https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2020/10/contrarrazoes_011020201643.pdf

A manifestação foi enviada em recurso da Procuradoria apresentado na segunda, 28, em que cobra ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) que avalie, em caráter liminar, o afastamento de Salles. O pedido foi apresentado inicialmente em julho, em ação de improbidade contra o ministro, mas está parado na Justiça há 86 dias.

Salles é acusado de cometer uma série de 'atos, omissões e discursos' que apontariam para uma 'desestruturação dolosa' da política ambiental brasileira, incluindo a demissão de dois servidores do Ibama que alegaram ter sido pressionados por atuarem em operação contra garimpo e o esvaziamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que nesta semana derrubou regras de proteção a manguezais e restingas.

Para a AGU, 'não há como se presumir' que os resultados negativos de desmatamento ilegal são relacionados com a política de Salles. A defesa do governo aponta que o aumento do cenário 'tem ocorrido desde 2012 e a gestão atual teve início somente em 2019'.

"Não é possível se concluir que os resultados do desmatamento no Brasil são em decorrência de atos do atual ministro do Meio Ambiente", apontou o advogado-geral da União, José Levi Mello do Amaral Júnior. "Há uma diversidade de fatores que influenciam no desmatamento, não podendo se atribuir qualquer imputação de responsabilidade pelo resultado ao ministro do Meio Ambiente. Inexiste, nessa circunstância, qualquer domínio de eventual cadeia causal de resultados nocivos ao meio ambiente por parte do ministro, até porque suas funções nem de longe se configuram como atos de execução"

A defesa do governo também alega que não houve improbidade na fala de Salles durante a fatídica reunião ministerial do dia 22 de abril, no qual defendeu 'aproveitar' a pandemia do novo coronavírus para 'ir passando a boiada' em regulações ambientais. Segundo a AGU, o ministro não defendeu o 'vilipêndio às normas constitucionais, mas sim imprimir maior coerência regulatória ao Estado brasileiro', com simplificação de termos e normas.

"Não houve qualquer menção à iniciativas para a realização de algum ato ilegal", disse a AGU. "O fato deve ainda ser compreendido em seu contexto, considerando-se que a reunião não foi

realizada de forma pública e teve a participação restrita aos agentes públicos imediatamente subordinados ao Presidente da República”.

Conama. O esvaziamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que derrubou nesta semana regras de proteção a manguezais e restingas, é um dos atos que embasam o pedido de afastamento do ministro. Um decreto assinado por Salles em maio do ano passado reduziu o número de integrantes do conselho de 96 para 23.

A mudança, segundo a Procuradoria, resultou ‘num aumento proporcional da representatividade do governo e redução substancial da representatividade da sociedade civil (redução de mais de 80%)’. A alteração, por exemplo, cortou de 11 para quatro vagas destinadas a representantes de entidades ambientais, cujo mandatos também foram reduzidos de dois para um ano, sem possibilidade de recondução.

Hoje, as votações do Conama são facilmente vencidas pelo governo porque dos 23 membros, apenas 21 votam e destes, oito são representados por ministérios da gestão Bolsonaro e por demais órgãos federais. As decisões são tomadas por maioria simples (11 votos).

Em manifestação, a AGU, porém, afirmou que a mudança ‘não privilegiou qualquer segmento, pois houve a redução em igual proporção para todas as categorias representadas’.

Interferência. Além das alterações no conselho ambiental, a Procuradoria também citou no pedido de afastamento de Salles a exoneração de dois servidores e um diretor de fiscalização do Ibama após ação contra garimpeiros que atuavam em terras indígenas em Altamira (PA).

Em depoimento obtido pelo Estadão, Renê Oliveira e Hugo Loss alegaram ter sofrido pressão do governo em operações de combate a crimes ambientais após o Fantástico exibir máquinas de garimpo sendo queimadas após fiscalização do Ibama. O chefe deles, Olivaldi Azevedo, foi chamado para conversa no Ministério do Meio Ambiente no dia seguinte à reportagem.

“O Olivaldi entrou em contato comigo para avisar que tinha sido chamado no Ministério e que, dependendo da situação, depois gostaria de falar comigo. Respondi que estava à disposição. Aí ele me ligou, por volta das 17h30 – 18h e pediu para nos encontrarmos”, relatou Oliveira. “Fomos lá no Ibama e recebi a informação dele assim, sem muitos detalhes: ‘a coisa ficou insustentável, estou saindo, fui exonerado, tive uma reunião agora no Ministério””.

Parado. A ação de improbidade apresentada contra Salles está há 86 dias parada na Justiça, e já teve dois pedidos apresentados pela Procuradoria para que o afastamento do ministro seja julgado em caráter liminar. O caso foi movido em julho e, de lá para cá, sofreu um vai-e-vem judicial.

O impasse começou após o juiz Márcio de França Moreira, da 8ª Vara Federal do Distrito Federal, remeter o caso para a 6ª Vara Federal de Florianópolis sob o argumento de que aquele juízo era o responsável por avaliar a ação contra Salles – um processo semelhante foi apresentado contra o ministro por lá.

Os autos, no entanto, voltaram para Brasília após o desembargador federal Ney Bello, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) cassar a decisão do juiz Márcio Moreira, deixando a cargo da Terceira Turma do tribunal decidir o destino final da ação. Não há, porém, prazo para isso acontecer.

Na semana passada, a Procuradoria pediu ao juiz Márcio Moreira que avaliasse em caráter liminar o pedido de afastamento de Salles, mas o magistrado disse que não tomaria a decisão antes da Terceira Turma do TRF-1 decidir quem deve julgar o processo.

Salles classifica a ação do Ministério Público Federal como ‘tentativa de interferir em políticas públicas’. “A ação de um grupo de procuradores traz posições com evidente viés político-ideológico em clara tentativa de interferir em políticas públicas do Governo Federal”, afirmou. “As alegações são um apanhado de diversos outros processos já apreciados e negados pelo Poder Judiciário, uma vez que seus argumentos são improcedentes”.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 01/10/2020

Valor
ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

PETROLÍFERAS PELO MUNDO SENTEM PRESSÃO POR MENOR DEMANDA E PREÇOS BAIXOS

Os preços do petróleo nos Estados Unidos permanecem por volta dos US\$ 40 o barril, níveis considerados baixos para as grandes empresas de produção obterem lucro

Por Dow Jones Newswires — Nova York

A indústria global de petróleo e gás permanece sob pressão financeira em meio à lenta retomada na demanda por combustíveis depois do início da pandemia. Os investidores continuam pouco entusiasmados com as companhias, mesmo com a leve recuperação do preço do petróleo. Há o receio de uma segunda onda de covid-19 em vários países, o que prejudicaria novamente a demanda.

Os preços do petróleo nos Estados Unidos permanecem por volta dos US\$ 40 o barril, níveis considerados baixos para as grandes empresas de produção obterem lucro, ao mesmo tempo que as companhias menores tentam se manter no mercado.

Um exemplo é a Oasis Petroleum, que entrou com um pedido de recuperação judicial nos Estados Unidos. Pelo menos outras 30 produtoras já tomaram a mesma medida em 2020. Com o petróleo no patamar dos US\$ 40, outras 150 companhias podem pedir proteção contra os credores até o fim de 2022, segundo a Rystad.

O cenário também é difícil para as grandes companhias. A ExxonMobil afirmou nesta quinta-feira que parte de seus negócios continuam no vermelho, mesmo com a companhia apresentando performance melhor do que no segundo trimestre. Os ganhos da unidade de petróleo devem aumentar até US\$ 1,8 bilhão no próximo trimestre, segundo a companhia.

As vendas de gás natural e refino da Exxon, porém, podem continuar a trajetória de perdas. Segundo analistas do mercado, o prejuízo da companhia pode chegar a US\$ 500 milhões no terceiro trimestre, o que levaria a ExxonMobil ao terceiro trimestre seguido de prejuízo.

Já a Shell anunciou na última quarta-feira que demitiria até 9 mil pessoas devido a uma reestruturação e afirmou que deve registrar resultados fracos no terceiro trimestre deste ano, principalmente nos segmentos de petróleo e gás.

A BP e a Chevron também fizeram demissões recentemente, assim como a Marathon, que desligou cerca de 2 mil funcionários, o equivalente a 12% da força de trabalho.

Há pouco, operavam em queda na Bolsa de Nova York as ações da Exxon Mobil (-3,38%), Royal Dutch Shell (-3,45%), BP (-3,07%), Chevron (-2,01%) e Marathon (-5,03%).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 01/10/2020

SHELL EMAGRECE PARA FICAR EM FORMA NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Companhia fará reestruturação organizacional que prevê o corte de até 9 mil empregos de seu quadro de 83 mil pessoas para economizar US\$ 2,5 bilhões anuais

Por Anjli Raval, Financial Times

Há um ano, a Royal Dutch Shell tinha uma estratégia convincente para manter-se próspera na transição energética.

Primeira grande petrolífera a definir metas de redução nas emissões de carbono, a Shell pretendia aumentar lentamente os investimentos em tecnologias de baixas emissões e ao mesmo tempo manter seus negócios tradicionais de petróleo e gás e a promessa de distribuir US\$ 125 bilhões nos próximos anos aos investidores na forma de dividendos e recompras de ações.

Desde então, diante do impacto da pandemia da covid-19 nos lucros, o grupo anglo-holandês viu-se obrigado a tomar medidas antes inimagináveis, como a suspensão de recompras de ações, uma forte redução de investimentos e o corte dos dividendos pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial. Suas ações perderam mais de metade do valor, e as rivais alcançaram nas iniciativas climáticas.

“Tudo o que a Shell pensa agora é como podemos manter nossa posição de líder de mercado em todos os aspectos - desde as ações climáticas até manter-se competitiva no espaço do petróleo e gás”, disse uma fonte de dentro da empresa. “O medo é que passemos de ser líderes a retardatários.”

Em meio às pressões para lidar com as mudanças climáticas e ao endurecimento da vigilância pública quanto a seus planos de alocação de capital, a Shell tem a meta de chegar a um resultado líquido zero nas emissões, mas encontra dificuldade para elaborar um plano atualizado. No meio tempo, vem cortando custos e dinamizando as operações.

Na quarta-feira, a empresa mostrou um pouco do que é seu Projeto Remodelação, uma reestruturação organizacional que prevê o corte de até 9 mil empregos de seu quadro de 83 mil pessoas para economizar US\$ 2,5 bilhões anuais.

“Nossas operações tradicionais terão mais foco”, disse o executivo-chefe da petrolífera, Ben van Beurden. “Temos que ser uma organização mais simples, mas dinâmica, mais competitiva, que seja mais ágil.”

A Shell destacou que métodos mais simples de trabalho e melhoras na eficiência permitiram-lhe reduzir em 40% as despesas nas operações de xisto nos Estados Unidos neste ano. Agora, quer replicar isso em outras partes da empresa.

O petróleo continuará sendo uma fonte crucial de caixa e a empresa pretende expandir as operações de gás, mas usará esse dinheiro para promover maiores investidas nas áreas química e de tecnologias de baixas emissões de carbono. A empresa está envolvida nas áreas de comercialização de energia, biocombustíveis e desenvolvimento da energia solar, além de ser líder no emergente setor de células de hidrogênio.

“Isso, no entanto, não é suficiente. Tudo isso precisa ser acelerado”, disse Van Beurden. “Nossos investimentos em baixas emissões de carbono aumentarão significativamente ao longo do tempo.”

A Shell também informou que colocará pelo menos cinco de suas 15 refinarias à venda.

“Todos sabem que se você está nas operações ‘upstream’ [produção e exploração de petróleo], é aí onde os cortes vão chegar”, disse outra fonte de dentro da Shell. “Os sujeitos [encarregados das áreas] das novas energias são os únicos que estão vendo dinheiro fluindo em sua direção.”

Os investidores têm exigido mais clareza nos planos. Depois do corte de 66% nos dividendos anunciado em abril, executivos da empresa não conseguiram explicar bem como os planos de alocação de capital mudariam e o que isso significaria para seus planos de transição energética. A empresa sofreu críticas similares depois do anúncio em julho de uma deterioração de quase US\$ 17 bilhões no valor contábil dos ativos e da redução em suas suposições de longo prazo para o preço das fontes de energia.

Executivos europeus da área petrolífera disseram que caso os investimentos em fontes renováveis forem baixos em comparação às operações de combustíveis fósseis eles não ganharão o reconhecimento que acreditam merecer dos investidores com preocupações ambientais e éticas. A desvalorização das ações de suas empresas deixa claro que eles não serão recompensados apenas pelas intenções.

Por outro lado, se investirem pesadamente, sofrerão financeiramente, já que levará anos para expandir a escala dessas operações.

Analistas especializados no setor de energia disseram que a decisão da BP de reduzir sua produção de petróleo e gás até 2030 colocará mais pressão sobre a Shell para seguir o mesmo caminho, algo que Van Buerden é contrário a fazer. Em 2019, ele disse ao “Financial Times” que seu “maior” arrependimento seria abandonar prematuramente o negócio de petróleo.

Normalmente, cerca de 70% do fluxo de caixa livre da Shell está ligado aos negócios de petróleo e, nesta quinta-feira, Van Beurden disse que o petróleo e o gás ainda estarão entre os produtos da Shell sendo vendidos em 2050.

“Até agora, a Shell tentou tudo ao mesmo tempo. Tentar implementar metas de emissões, mas [também] expandir a produção de combustíveis fósseis”, disse Andrew Grant, da Carbon Tracker. “Com um novo anúncio de emissões zero, como isso é possível?”

Executivos da Shell têm sinalizado que uma diminuição da produção é inevitável para que se cumpram as metas climáticas do Acordo de Paris. Eles dizem, contudo, que uma meta firme é inútil, se houver aumento nas vendas de produtos de combustíveis fósseis, incluindo as de petróleo de terceiros.

“O clima não se importa de que ponto na cadeia de valor, de que ponto de venda, essas emissões vêm”, disse De La Rey Venter, chefe de empreendimentos de gás integrado da Shell, no evento Commodities Global Summit, do “Financial Times”, nesta semana. “Precisamos entrar numa jornada com os clientes para ajudá-los a deixar o carbono.”

De forma reservada, executivos da Shell questionam se comprometer quantias cada vez maiores em negócios de baixa margem de lucro é uma forma sensata de usar o dinheiro. Também se perguntam, porém, se conseguiriam justificar injetar mais dinheiro em negócios tradicionais, quando a oposição a combustíveis fósseis só aumenta.

“A lógica econômica das operações de energia tem mudado”, disse Ben Caldecott, diretor do Programa de Finanças Sustentáveis de Oxford. “Além disso, há mais e mais pressão de governos, acionistas e da sociedade civil.”

Observadores dizem que a clareza nas proposições aos investidores precisa ser prioridade, em particular, na ausência de recompra de ações e de dividendos mais baixos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 01/10/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

SANTOS BRASIL OBTÉM R\$ 790 MILHÕES EM OFERTA PRIMÁRIA NA B3

Por Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 01/10/2020 - 19:51



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201001-porto-de-santos-tecon-santos-brasil-hamburg-sud-container.jpg>

A Santos Brasil obteve R\$ 790 milhões com oferta primária de ações na B3. Com isso, o capital social da companhia passa a ser de R\$ 1.871.895.424,12, dividido em 862.478.378 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As 192.780 novas ações — precificadas a R\$ 4,10 — que foram emitidas para aumento de capital começaram a ser negociadas na última segunda-feira (28), na B3. A liquidação física e financeira das ações ocorreu na terça-feira (29).

Os recursos provenientes da oferta serão destinados, prioritariamente, para viabilizar o crescimento da empresa, por meio de participação em novos arrendamentos de ativos portuários; verticalização e integração da cadeia logística portuária a partir da plataforma da Santos Brasil Logística; e ampliação da participação na movimentação brasileira de contêineres.

Para Daniel Pedreira Dorea, diretor econômico-financeiro e de relações com investidores da Santos Brasil, a conclusão bem-sucedida desta operação, em um momento de grande volatilidade e aversão a risco no mercado, demonstra a confiança dos investidores na empresa e no seu potencial de crescimento. "Esse aumento de capital nos permite executar a estratégia de crescimento da Santos Brasil, que passa não apenas pela expansão de sua atuação no mercado de contêineres, mas também pela seletiva participação nos diversos leilões de ativos portuários que serão conduzidos pelo Ministério da Infraestrutura nos próximos dois anos, algo que não víamos desde a década de 1990 no setor portuário. Fora isso, se essa aversão a risco se acentuar, ou mesmo se a recuperação econômica for mais lenta do que a imaginada, empresas capitalizadas sempre têm uma vantagem competitiva importante", diz.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/10/2020

CRITÉRIO AMBIENTAL NOS ESTUDOS DE DESESTATIZAÇÃO DOS PORTOS PODE INCENTIVAR EMISSÃO DE GREEN BONDS

Por Dérika Virgulino PORTOS E LOGÍSTICA 01/10/2020 - 19:45

Os Green Bonds são mais uma forma de obtenção de recursos para os projetos portuários, ao mesmo tempo em que se observam critérios sustentáveis.

O tema da sustentabilidade tem encontrado cada vez mais espaço nos diversos setores da economia, incluindo o portuário. Diante desse cenário, a perspectiva ambiental tem sido um dos aspectos centrais dos projetos de arrendamento de áreas, bem como dos processos de desestatização dos portos em curso no país. Além da preocupação com o meio ambiente naturalmente imposto pelo segmento, a ideia do Ministério da Infraestrutura é enquadrar como verdes tais projetos com vistas à emissão dos Green Bonds (títulos verdes).

Dentro do processo de modelagem para a desestatização dos portos, por exemplo, estão presentes os estudos ambientais. E embora a pasta destaque que tais estudos sejam sempre referenciais, isto é, não uma imposição ao investidor, eles devem servir de incentivo para que aquele busque formas de financiamento pautadas na sustentabilidade, como é o caso dos Green Bonds. O ministério explicou que os títulos verdes são mais uma forma de obtenção de recursos para os projetos portuários, ao mesmo tempo em que se observam critérios sustentáveis.

Os estudos ambientais em andamento nos quatro processos de desestatização dos portos (Complexo Portuário de Vitória e Barra do Riacho, Porto de Itajaí, Porto de Santos e Porto de São Sebastião), o foco tem sido a avaliação das licenças existentes, seus condicionantes e a necessidade de novas licenças conforme e expansão da operação do porto e uma avaliação preliminar acerca da viabilidade de futuras expansões.

O destaque para as questões ambientais nos processos de arrendamento de áreas também pode ser importante para que o investidor emita títulos verdes. De acordo com a pasta, para implantação de novos terminais portuários, além da exigência da manutenção de licença ambiental válida são considerados a execução de diversos programas para garantia de uma operação sustentável dessas estruturas, como é o caso dos programas de gestão e controle ambiental; monitoramento da qualidade do ar; monitoramento de ruídos, dentre outros.

De acordo com o ministério, os estudos ambientais realizados visam subsidiar a avaliação dos aspectos ambientais associados ao desenvolvimento das atividades portuárias a serem realizadas no âmbito do futuro arrendamento. A avaliação leva em consideração, por exemplo, a situação de ocupação atual da área e do entorno, do licenciamento ambiental do porto e da área de arrendamento, as variáveis relacionadas à proposta de ocupação e funcionamento futuro do terminal.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 01/10/2020*

FORTE ESTIAGEM COMPROMETE CABOTAGEM NO AMAZONAS

Da Redação NAVEGAÇÃO 01/10/2020 - 19:44



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201001-fluvial-hidrovia-amazonas-alianca-cabotagem-navio.jpg>

A economia e o abastecimento do estado do Amazonas são impactados pela seca de 2020

A estiagem está castigando diversas regiões do Brasil. O volume de chuvas está abaixo da média histórica na região centro-oeste desde 2019 e o cenário ameaça a navegabilidade da hidrovia Paraguai-Paraná, uma das principais

vias fluviais da América do Sul. Segundo a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, CPRM, a seca na região é a pior nos últimos 22 anos.

De acordo com dados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, ANA, nas regiões dos estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro e Tocantins, identificou-se um aumento da estiagem nos meses de junho e julho.

A mesma seca que acomete outras regiões do país está acometendo o Amazonas. De acordo com Erick Lourenço, gerente da Aliança, a régua de Manaus está com 3 metros a menos de água em relação ao mesmo período de 2019.

“As alterações na altura do rio acompanham as variações climáticas. Alterações mais drásticas são esperadas para os meses nos quais ocorrem mais ou menos chuva, como no verão e no inverno. É um fenômeno natural que ocorre anualmente, com diversas variantes, por isso é difícil prever se uma vazante será maior ou menor a cada ano”, explica Erick.

O impacto da altura do rio não é apenas ecológico. A região sofre também economicamente e com a distribuição de produtos. “O principal meio de transporte de carga na região é a cabotagem. Mas é necessário diminuir o volume de carga quando o rio atinge níveis mais baixos. A região do Tabocal, a aproximadamente 3 horas de navegação de Manaus, é hoje um ponto crítico para navegação. A profundidade é aproximadamente 6 metros menor do que a régua de Manaus, que também indica uma altura menor do que a esperada para a época”, comenta o executivo.

A navegação com o nível do rio mais baixo tem impactado diretamente a quantidade de carga transportada e o tempo da viagem. “Navegar com o rio mais baixo traz inúmeros desafios, mas é preciso estar mais atento. Nessa época, o tempo de viagem é maior e o transporte de carga não pode ser feito com grande capacidade, pois isso aumenta as chances de encalhamento nos trechos mais rasos”, explica Erick.

A redução na capacidade de transporte de cargas pode acarretar no desabastecimento da região, causando aumento da inflação nos produtos e serviços ligados a essa cadeia logística.

Como forma de minimizar o impacto, a Aliança, está disponibilizando uma embarcação adicional para atender a demanda da região. “Não podemos operar com o tráfego de cargas regulares, tão pouco podemos seguir com a velocidade com a qual estamos acostumados. A solução que encontramos para mitigar os possíveis problemas de abastecimento na região foi colocarmos um navio adicional”, resume Lourenço.

De acordo com a Aliança, o tema vem sendo conduzido pela Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) junto ao DNIT, a Capitania dos Portos e as autoridades locais para que haja uma avaliação de medidas que possam ser realizadas nas regiões mais crítica do rio, como a do Tabocal.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 01/10/2020

PORTO DE IMBITUBA MOVIMENTA 602,7 MIL TONELADAS EM SETEMBRO E BATE RECORDE HISTÓRICO

Por Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 01/10/2020 - 19:37

O Porto de Imbituba (SC) manteve a curva de crescimento dos últimos meses e fechou setembro com mais um recorde operacional: 602.737 toneladas movimentadas, que agora se consolida como o melhor resultado mensal de sua história. A marca representa um crescimento de 42,7% em relação a setembro de 2019. O recorde anterior é de junho deste ano, quando foram registradas 602.370 toneladas.

No último mês, houve 26 atracações em Imbituba. Destaque para a soja, o coque não calcinado, o sal, os contêineres e o milho, que obtiveram o maior volume transportado, representando 78% do total. Também foram atendidas operações de celulose, ureia, hulha betuminosa, malte, barrilha, fertilizante e comidas em big bags, além do lançamento ao mar de um catamarã. De janeiro a setembro, o Porto de Imbituba já movimentou mais de 4,3 milhões de toneladas. Até o fim do ano, a expectativa é atingir a marca de 6 milhões de toneladas.

Entre os fatores que contribuem para o desempenho positivo está a capacidade de atender diferentes tipos de carga simultaneamente. “Mesmo em meio à pandemia, o porto conseguiu continuar suas atividades com responsabilidade e mantendo a sinergia com todos os agentes envolvidos na operação, abrindo caminho, inclusive, para a atração de novos negócios”, avalia Fábio Riera, diretor de Infraestrutura e Logística da Autoridade Portuária.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 01/10/2020

BR DO MAR: DEPUTADOS APRESENTAM REQUERIMENTO PARA RETIRADA DE URGÊNCIA

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 01/10/2020 - 17:52

Os deputados Fausto Pinato e Ricardo Izar, ambos do PP/SP, apresentaram, na tarde desta quinta-feira (1º), requerimento para que a Câmara dos Deputados encaminhe à Casa Civil da Presidência da República um pedido de retirada do regime de urgência constitucional do projeto de lei 4199/2020, que está travando a pauta desde a última segunda-feira (28).

Os parlamentares alegaram que os debates sobre a política proposta para o setor de transporte por cabotagem não foram realizadas com a publicidade necessária. Os deputados consideram que é indispensável o amplo debate, por meio de audiências públicas no Congresso. Eles entenderam que 45 dias prazo insuficiente para analisar a proposta legislativa, que trata de diversas áreas do ordenamento jurídico brasileiro.

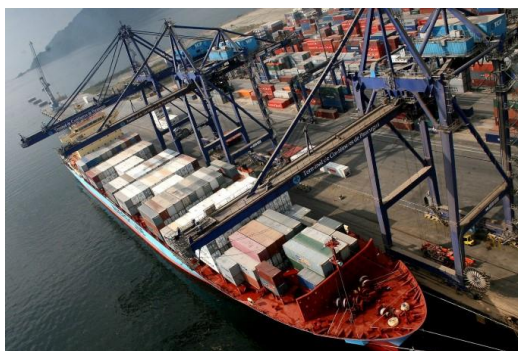
"Apesar de o Executivo alegar que a proposta está sendo construída desde o início de 2019, não chegou ao conhecimento destes líderes/parlamentares nenhuma minuta do projeto de lei, ofício ou manifestação sobre a proposição", justificaram no requerimento.

Matéria em atualização

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 01/10/2020

EMENDA PROPÕE RETIRAR TRECHO SOBRE AFRETAMENTO POR TEMPO DO PL 4199

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 01/10/2020 - 16:21



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/180219-navio-container.jpg>

Arquivo/Divulgação

Argumento apresentado em emenda é que eliminação de dispositivo impedirá que ocorra uma reserva de mercado para navios construídos no exterior.

Uma proposta de emenda ao projeto de lei 4199/2020 (BR do Mar) recomenda a supressão de um trecho do artigo que, na prática, igualaria embarcações estrangeiras afretadas por tempo às embarcações de bandeira brasileira, em casos de verificação da existência ou disponibilidade ao transporte pretendido. O argumento é que a eliminação desse dispositivo impedirá que ocorra uma reserva de mercado para navios construídos no exterior. Um dos objetivos, de acordo com o autor da emenda, é reduzir o desequilíbrio na balança de pagamentos através da remessa de fretes ao exterior.

"Nenhum argumento justifica a proposição, nem mesmo que investimentos foram realizados pelas empresas no passado. Não há qualquer estudo que fundamente a hipótese. Ademais, não se demonstrou estudo sobre as margens de lucro cobradas por elas. Se tais margens foram abusivas aos embarcadores brasileiros ou não", pontua a emenda, apresentada pelo deputado Fausto Pinato (PP/SP).

Pinato ressaltou que um dos principais objetivos vislumbrados com o BR do Mar é um ambiente concorrencial pleno e seguro. O parlamentar considerou que, no ordenamento jurídico atual, é

possível reconhecer medidas de incentivo à construção naval no país através da preferência que é dada ao emprego das embarcações efetivamente construídas em estaleiro nacional.

Ele citou o artigo 9º da lei 9.432/1997, que prevê que a embarcação estrangeira poderá ser afretada por empresa brasileira de navegação (EBN) no caso de inexistência ou indisponibilidade da embarcação brasileira, do tipo e porte adequados ao transporte pretendido. O deputado considerou que tal medida somente se justifica diante dos já conhecidos efeitos socioeconômicos que a atividade da construção naval gera na sociedade, através da geração de empregos, capacitação de mão de obra, geração de impostos e combate à pobreza.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/10/2020

DINO BATISTA DIZ QUE BR DOS RIOS PRECISARÁ DE "PRESSÃO SOCIAL" PARA OBTER RECURSOS

Por Dérika Virgulino NAVEGAÇÃO 30/09/2020 - 19:54



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/180709-hidrovia-navegacao-fluvial.jpg>

Arquivo

O programa está em fase inicial de diálogo entre os envolvidos com o setor para a obtenção de propostas.

Tentando reverter a tímida participação do poder público no desenvolvimento da navegação interior, o Ministério da Infraestrutura criou recentemente o BR dos Rios. De acordo com o diretor do Departamento de Navegação e Hidrovias do Ministério da Infraestrutura (DNHI), Dino Batista, o objetivo é que o programa seja uma política pública de estado, e não um programa de governo. O BR dos Rios ainda está em fase de formulação da agenda de prioridades e ações, mas Batista já alerta para a necessidade de “pressão social” para viabilizar os recursos necessários a sua efetivação.

Ele afirmou que o programa representa mais um passo de um projeto que já vem sendo pensado para o setor desde 2019, quando foi criado o DNHI. De acordo com ele, até então, parte das ações para o segmento de navegação estavam sendo executadas pela Agência Nacional de Transporte Aquaviários (Antaq), mesmo não sendo desta a responsabilidade para formular projetos. A prioridade inicial do departamento, segundo ele, foi o transporte de cabotagem. Entretanto, com o projeto BR do Mar já encaminhado ao Congresso Nacional, a atenção se volta agora à navegação interior.

Na primeira etapa do BR dos Rios, o ministério vem dialogando com o mercado e demais envolvidos na navegação fluvial para o acolhimento de propostas, legais e infralegais, para formular de uma agenda ampla e que atenda a todos os interesses. A ideia, de acordo com Batista é dividir o programa em dois grupos: o primeiro sobre ações voltadas para as demandas específicas de cada uma das hidrovias e o segundo voltado aos interesses comuns do setor.

Embora destaque as importantes ações que já vêm sendo realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) no setor, Batista chamou atenção para a necessidade de orçamento no âmbito do BR dos Rios para mais intervenções. Para tanto, ele acredita que isso só será possível com pressão social. “Quando o cidadão pressiona o parlamentar é sempre por uma rodovia. Dificilmente a sociedade fala sobre este segmento”, disse em participação no Fórum Regional de Logística e Infraestrutura Portuária (Norte Export), realizado nesta terça-feira (29). Para ele, a sociedade precisa entender a importância do setor e participar de forma mais efetiva para que o programa “tenha sua importância dentro do orçamento”, completou.



INFORMS

Para levar o conhecimento sobre o programa ao conjunto da sociedade, Batista informou que a partir do início do próximo ano já pretende publicar no site do ministério informações os conceitos sobre as propostas da política pública para o setor de navegação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/10/2020